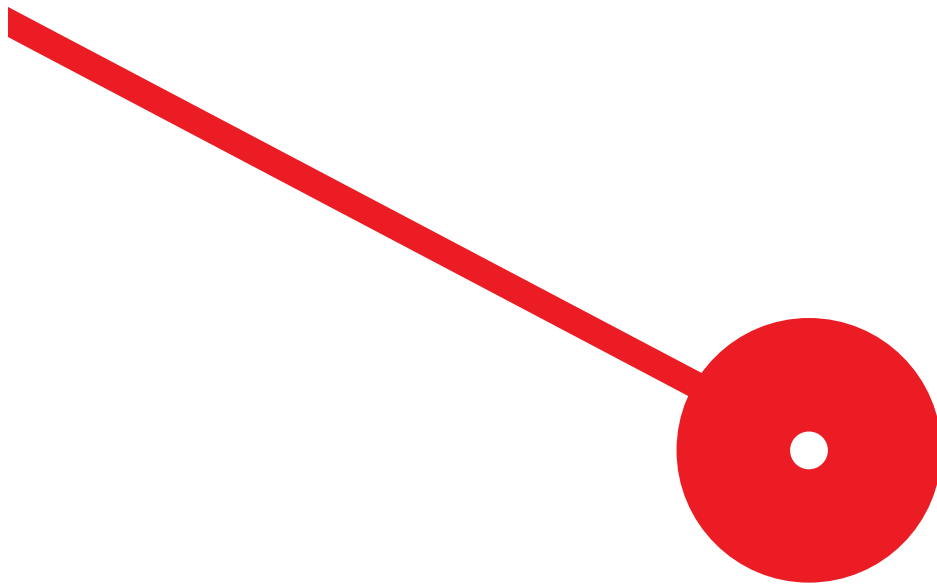


O impacto do Controlo Interno nas PME Excelência

Alexandre Diogo Lazarim dos Santos Cruz

OUTUBRO DE 2019

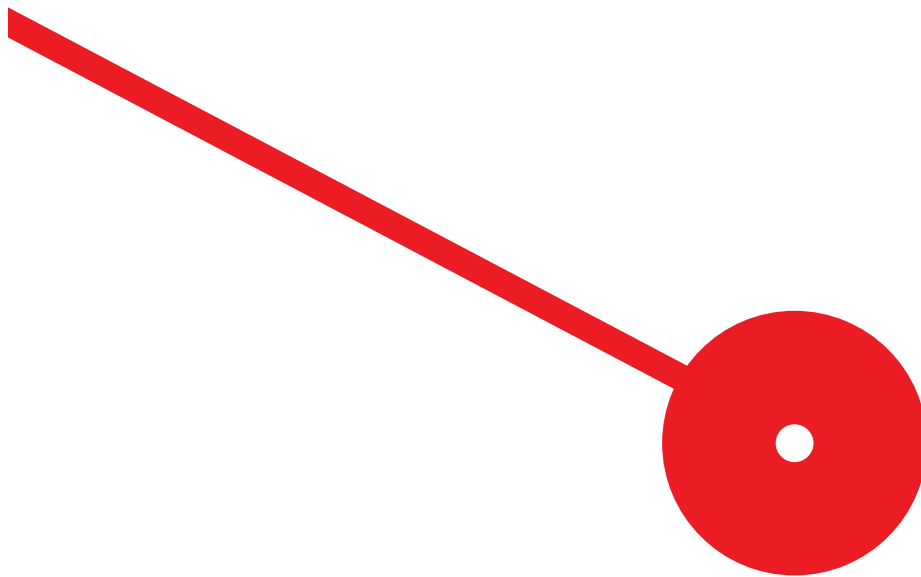
**Versão final (Esta versão contém as críticas e sugestões
dos elementos do júri)**



O impacto do Controlo Interno nas PME Excelência

Alexandre Diogo Lazarim dos Santos Cruz

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação de Professora Doutora Susana Adelina Moreira Carvalho Bastos



Dedicatória

*Aos meus avós Anacleto e Maria José,
que mesmo ausentes estão sempre presentes.*

Agradecimentos

A realização desta dissertação representa o concretizar de um objetivo acadêmico a que me propus, sendo o resultado de extensas horas de estudo, trabalho e dedicação, que não seria possível sem a ajuda destas pessoas.

Agradeço aos meus pais, Manuel João Cruz e Teresa Lazarim, à minha irmã Melissa Cruz, por todo o apoio da minha vida, e pelo orgulho com que sempre reagiram aos meus feitos alcançados e que espero continuar a orgulhar.

À Maria, minha namorada, por ter estado sempre do meu lado, por ter sempre uma palavra de força e motivação, acreditando sempre em mim, mesmo que tenham sido os momentos em que eu demonstrasse mais impaciência.

À minha patroa, Arminda Machado, por toda a compreensão e apoio dado durante a realização da dissertação

À minha orientadora Prof. Doutora Susana Bastos, profundamente, pela sua disponibilidade sempre demonstrada, pela confiança depositada e pela persistência em que eu fosse sempre em busca do melhor ao longo da realização deste trabalho.

A toda a minha família e amigos que me rodeiam e sempre me apoiaram. A todos, sinceramente, o meu muito obrigado!

Resumo

Num mercado cada vez mais concorrencial e competitivo é crucial que as empresas tomem as suas decisões baseadas em políticas estratégicas concretas de forma a atingirem os resultados esperados. A auditoria interna tem tido um papel fundamental na organização, procurando obter a melhor *performance* organizacional. As empresas e as organizações em geral têm vindo a entender a um novo nível o papel da auditoria interna, considerando-a como essencial no apoio à gestão de processos através da criação e adoção de procedimentos de controlo interno eficazes.

O objeto deste estudo de investigação tem como pano de fundo as empresas classificadas como “PME Excelência” do distrito do Porto pelo menos nos últimos 3 anos consecutivos (2016-2018). A revisão de literatura foi fundamental para identificar as características do tecido empresarial português atual. A revisão dos principais conceitos, funções e competências inerentes à atividade da Auditoria Interna, bem como as suas diferenças para a Auditoria Externa, sobre o controlo interno, seus objetivos e limitações, as consideradas “PME Excelência” pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas à Inovação (IAPMEI).

Ao nível das metodologias utilizadas, o foco centra-se na metodologia quantitativa e no processo de recolha de dados foi utilizada a ferramenta "questionário" com o intuito de obter a perceção dos profissionais das empresas objeto deste estudo, ao nível da existência de controlo interno e da sua relação com a manutenção do "título" de Empresa “PME Excelência” ao longo de um determinado período.

Com base na análise dos resultados obtidos através das respostas dadas ao questionário aplicado, salienta-se que uma parte das Pequenas e Médias Empresas analisadas já dispõem de um órgão/serviço de auditoria interna bem como de departamentos/responsáveis específicos para os Sistemas de Controlo Interno. Tendo em consideração o Sistema de Controlo Interno, as empresas atribuem elevada importância à sua existência, realçando o facto de este ser uma mais-valia para o sucesso empresarial de forma a serem capazes atingir os critérios de seleção definidos e conseguirem manter esses resultados, sendo como prova disso a obtenção da certificação há pelo menos 3 anos.

Palavras chave: Auditoria Interna, Controlo Interno, Sucesso Empresarial, PME Excelência

Abstract

In an increasingly competitive marketplace, it is crucial that companies make their decisions based on concrete strategic policies in order to achieve the expected results. Internal audit has played a key role in the organization, seeking to achieve the best organizational performance. Businesses and organizations in general have come to understand the role of internal audit to a new level, considering it to be essential in supporting process management through the establishment and adoption of effective internal control procedures.

The object of this research has as a background the companies classified as “PME Excelência” of Porto district for at least the last 3 consecutive years (2016-2018).

The literature review was fundamental to identify the characteristics of the current Portuguese business. The review of the main concepts, functions and competences inherent to the Internal Audit activity, as well as their differences for the External Audit, regarding the internal control, its objectives and limitations, considered as “PME Excelência” by the Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas à Inovação (IAPMEI).

At the level of the methodologies used, the focus is on the quantitative methodology and the data collection process was used the "questionnaire" tool in order to get the perception of the professionals of the companies object of this study, the level of internal control. and its relationship to maintaining the “PME Excelência” enterprise title over a given

Based on the analysis of the results obtained through the responses to the questionnaire applied, it is noted that a part of the PMEs analysed already have an internal audit body, service as well as specific departments / heads for Internal Control Systems. Considering the internal control system, companies attach high importance to its existence, emphasizing that it is an asset for business success in order to be able to meet the defined selection criterial and be able to maintain those results. as proof of this obtaining certification for at least 3 years.

Keywords: Internal Audit, Internal Control, Business Sucess, PME Excelência

Índice geral

| | |
|---|-----------|
| Dedicatória..... | i |
| Agradecimentos | ii |
| Resumo | iii |
| Abstract..... | iv |
| Índice de Figuras..... | viii |
| Índice de Tabelas | ix |
| Índice de Gráficos | xi |
| Lista de abreviaturas | xii |
| Introdução | 1 |
| Capítulo I – Tecido empresarial português..... | 4 |
| 1 Tecido empresarial | 5 |
| 1.1 Conceito e critérios na definição de Pequenas e Médias Empresas | 5 |
| 1.2 Tecido Empresarial Português | 6 |
| 1.2.1 Empresas em Portugal | 6 |
| 1.2.1.1 Empresas por Setor de atividade..... | 8 |
| 1.2.1.2 Empresas por Localização geográfica | 9 |
| Capítulo II – Auditoria | 10 |
| 2 Auditoria..... | 11 |
| 2.1 Conceito de Auditoria | 11 |
| 2.2 Auditoria Interna | 11 |
| 2.2.1 Definição de Auditoria Interna | 11 |
| 2.2.2 Componentes da Auditoria Interna | 12 |
| 2.3 Diferenças de Auditoria Interna e Externa..... | 14 |
| Capítulo III – Controlo Interno | 16 |
| 3 Controlo Interno | 17 |
| 3.1 Conceito de Controlo Interno..... | 17 |

| | | |
|--|--|-----------|
| 3.2 | Objetivos e Métodos do Controlo Interno..... | 18 |
| 3.3 | Limitações e riscos do Controlo Interno | 22 |
| Capítulo IV – PME Excelência..... | | 24 |
| 4 | PME Líder e PME Excelência..... | 25 |
| 4.1 | O IAPMEI | 25 |
| 4.2 | PME Líder..... | 26 |
| 4.3 | PME Excelência | 27 |
| 4.3.1 | Evolução das PME Excelência | 27 |
| 4.3.2 | Critérios de seleção | 28 |
| 4.3.3 | Vantagem das certificações..... | 29 |
| 4.3.4 | PME Excelência – Evolução de 2016 a 2018 | 30 |
| 4.3.5 | PME Excelência – Evolução no distrito do Porto de 2016 a 2018 | 31 |
| Capítulo V – Metodologias de Investigação | | 33 |
| 5 | Metodologia de Investigação..... | 34 |
| 5.1 | Conceito de Metodologia | 34 |
| 5.2 | Metodologia de Investigação Adotada..... | 36 |
| 5.3 | Problema e Objetivos | 36 |
| 5.4 | População e Amostra..... | 37 |
| 5.5 | Procedimentos tidos quanto à elaboração e aplicação do questionário..... | 38 |
| 5.6 | Hipóteses de Análise | 39 |
| 5.7 | Modelo de Análise Adotado..... | 41 |
| Capítulo VI – Apresentação de Resultados..... | | 43 |
| 6 | Apresentação dos dados..... | 44 |
| 6.1 | Estatística descritiva do inquirido e das organizações | 44 |
| 6.1.1 | Análise do perfil dos inquiridos e das empresas..... | 44 |
| 6.1.2 | Enquadramento dos resultados nas hipóteses de análise | 47 |
| 6.1.3 | Análise das questões fora do âmbito de validação das hipóteses | 57 |

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO VII – Considerações finais | 65 |
| 7 Considerações finais | 66 |
| 7.1 Questões de investigação vs questões do inquérito vs hipóteses | 66 |
| 7.2 Limitações do estudo..... | 68 |
| 7.3 Sugestões para investigações futuras | 69 |
| Referências bibliográficas..... | 70 |
| Apêndices..... | 75 |
| Apêndice I – Empresas que pretendem ter acesso ao estudo..... | 76 |
| Anexos..... | 77 |
| Anexo I – Inquérito elaborado | 78 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1: Critérios de classificação de PME | 6 |
| Figura 2: Componentes da Auditoria Interna | 13 |
| Figura 3:Diferentes áreas de Controlo Interno | 20 |
| Figura 4:Valores organizacionais do IAPMEI | 25 |
| Figura 5:Evolução das PME Excelência de 2016 a 2018..... | 30 |
| Figura 6:Evolução das PME Excelência reguladas pelo Turismo de Portugal | 31 |
| Figura 7: Fases principais do processo de investigação | 34 |
| Figura 8: Diferentes tipos de metodologia | 35 |
| Figura 9: Modelo de análise adotado..... | 41 |
| Figura 10: Relação entre a hipótese 1 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado | 49 |
| Figura 11: Relação entre a Hipótese 2 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado | 52 |
| Figura 12:Relação entre as Hipótese 3 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado | 55 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Número de empresas em Portugal em 2017 | 7 |
| Tabela 2: Número de PME em Portugal de 2004 a 2017 | 7 |
| Tabela 3: Evolução das PME por setor de atividade | 8 |
| Tabela 4: Evolução das PME por localização geográfica | 9 |
| Tabela 5: Diferenças da Auditoria Interna e Externa | 15 |
| Tabela 6: Objetivos do Controlo Interno | 19 |
| Tabela 7: Tipologia do Controlo Interno | 22 |
| Tabela 8: Critérios de seleção para PME Excelência | 28 |
| Tabela 9: Principais diferenças das metodologias | 36 |
| Tabela 10: Relação das questões de investigação com as hipóteses | 40 |
| Tabela 11: Faixa Etária dos inquiridos | 44 |
| Tabela 12: Funções desempenhadas pelos inquiridos | 45 |
| Tabela 13: Tempo de exercício de funções na empresa | 45 |
| Tabela 14: Habilitações literárias dos inquiridos | 46 |
| Tabela 15: Dimensão da empresa | 46 |
| Tabela 16: Setor de atividade das empresas | 47 |
| Tabela 17: Tempo de existência das empresas | 47 |
| Tabela 18: Alfa de Cronbach | 49 |
| Tabela 19: Empresas que conhecem Auditoria Interna | 50 |
| Tabela 20: Empresas que têm noção de Auditoria Interna | 50 |
| Tabela 21: Empresas com um SCI implementado | 51 |
| Tabela 22: Importância dada ao SCI pelas empresas | 51 |
| Tabela 23: Validação da Hipótese 1 | 52 |
| Tabela 24: Existência de departamento/funcionário responsável pelo Controlo Interno | 53 |
| Tabela 25: Empresas que adotam tipos de Controlo Interno | 53 |
| Tabela 26: Empresas com departamento de Auditoria Interna | 54 |
| Tabela 27: Validação da Hipótese 2 | 54 |
| Tabela 28: Empresas que consideram o CI imprescindível para o sucesso empresarial | 55 |
| Tabela 29: Empresas que consideram que rácios são influenciados pelo CI | 56 |
| Tabela 30: Validação da Hipótese 3 | 57 |
| Tabela 31: Motivos para falta de Auditoria Interna nas empresas | 58 |
| Tabela 32: Dificuldades apresentadas para a implementação de um SCI | 59 |

| | |
|---|----|
| Tabela 33: Credibilidade das PME Excelência no mercado..... | 60 |
| Tabela 34: Coeficiente de Correlação de Pearson..... | 61 |
| Tabela 35: Coeficientes de correlação de Pearson entre os itens da Hipótese 1 | 61 |
| Tabela 36: Coeficientes de correlação de Pearson entre os itens da Hipótese 2 | 62 |
| Tabela 37: Coeficientes de correlação de Pearson entre os itens da Hipótese 2 | 64 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Evolução do nº PME Líder..... | 26 |
| Gráfico 2: Evolução no número de PME Excelência de 2009 a 2018 | 27 |
| Gráfico 3: Indicadores das PME Excelência de 2016 a 2018..... | 29 |
| Gráfico 4: Número de PME Excelência de 2016 a 2018 no distrito do Porto..... | 31 |
| Gráfico 5: Influência do Controlo Interno nos resultados | 56 |
| Gráfico 6: Motivos para a falta de SCI nas empresas..... | 58 |
| Gráfico 7: Vantagens apresentadas do SCI | 59 |
| Gráfico 8: Controlos utilizados pelas empresas | 60 |

Lista de abreviaturas

AI – Auditoria Interna

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

CI – Controlo Interno

IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IFAC – International Federation of Accountants

IIA – The Institute of Internal Auditors

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISA – International Standards on Auditing

N.º – Número

PME – Pequena e Média Empresa

SCI – Sistema de Controlo Interno

Standards - Standards for the Professional Practice of Internal Auditing

TdC – Tribunal de Contas

A competitividade presente no mercado atual, exige das empresas e das organizações em geral uma maior ênfase na eficiência dos seus processos internos de forma a colmatarem os pontos fracos em relação à sua concorrência e a alcançarem uma melhor *performance*. Em consequência das constantes mudanças ocorridas no ambiente externo das organizações, principalmente, pelo fortalecimento da estrutura contabilística e da auditoria, as empresas organizam os seus planos estratégicos de forma a promoverem uma melhor otimização dos recursos existentes.

Devido ao rápido crescimento da economia, o âmbito da auditoria interna (AI) tem-se vindo a alterar. Se outrora o principal objetivo da AI era a deteção de erros e fraudes, atualmente encontra-se direcionada para a supervisão e gestão do risco, dos controlos e dos processos de governação, sendo desta forma uma atividade de enorme importância estratégica, que contribui para o fortalecimento da gestão operacional e para acrescentar valor.

Para que tal aconteça tem de haver uma perfeita sintonia da administração de forma a poder aplicar nos Sistemas de Controlo Interno (SCI) conhecimentos, técnicas de gestão e acima de tudo tomadas de decisões de forma a atingir os objetivos definidos.

É o escopo deste trabalho estabelecer a relação entre o Controlo Interno (CI) e as PME Excelência 2016-2018, ou seja, perceber de que forma o contributo e a importância dada ao mesmo fez com que conseguissem obter os seus resultados de forma a serem distinguidas.

Este estudo encontra-se organizado em duas partes distintas, a primeira, constituída por 4 capítulos, conforme apresentado de seguida:

- O Capítulo I analisa a classificação de Pequena e Média Empresa bem como o tecido empresarial português;
- O Capítulo II apresenta uma breve referência à Auditoria, bem como à AI, suas componentes e diferenças da Auditoria Externa;
- O Capítulo III encontra-se orientado para o CI, em que os conceitos, objetivos e métodos utilizados são explicados assim como, as suas principais limitações. O enquadramento do controlo interno na estrutura organizacional e de negócios das PME em geral é fundamental para perceber se o mesmo se verifica nas de Excelência;
- O Capítulo IV, analisa as PME Excelência, a sua evolução ao longo dos anos, critérios de seleção, bem como o organismo que as regula, o IAPMEI.

Na segunda parte, constituída por três capítulos, apresentam-se os aspetos relevantes que conduziram à realização do estudo empírico e à sua operacionalização;

- O Capítulo V aborda a parte metodológica da dissertação, com a descrição das metodologias de investigação, a metodologia adotada, as hipóteses de análise, a construção do modelo de análise, a estrutura do questionário, a amostra e a sua caracterização;

- O Capítulo VI apresenta a análise e interpretação dos dados recolhidos anteriormente, através de questionário;

- O último capítulo VII, versa sobre as principais conclusões e considerações finais deste estudo de investigação, assim como, as principais limitações encontradas ao longo deste processo.

1 Tecido empresarial

1.1 Conceito e critérios na definição de Pequenas e Médias Empresas

De forma a obter uma noção clara do impacto que o CI possui sobre as “PME Excelência”, primeiramente é necessário analisar o tecido empresarial português onde as mesmas se encontram inseridas, mais especificamente analisar as PME, enquadrando assim os conceitos e o nível de impacto que têm a nível nacional. Assim, são apresentados os critérios de classificação de PME, o seu significado, bem como a sua distribuição, quer por setor quer por localização geográfica. Com esta primeira análise, pretende-se perceber os principais critérios para a definição de PME e, de seguida, a sua relação com os requisitos que as PME devem cumprir para serem consideradas "PME Excelência".

O que faz a economia europeia funcionar são pequenas e médias empresas, sendo que esta situação se verifica devido ao facto de serem uma fonte essencial de postos de trabalho e de inovação na União Europeia, sendo, por isso, cruciais para fomentar a competitividade e o emprego a nível global. Na União Europeia existem cerca de 23 milhões de PME asseguram aproximadamente 75 milhões de empregos e representam 99% do total de empresas existentes (Comissão Europeia, 2006).

Existem três tipologias distintas de empresa, nomeadamente, micro, pequenas e médias empresas. Para que uma empresa seja considerada como tal, para a Comissão Europeia, tem de assegurar todos os requisitos previstos na recomendação 2003/361/CE do 6 de maio que estipula os limites para as mesmas três categorias.

Com base no artigo 2º da mesma recomendação, é definida como uma empresa que emprega menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros, sendo que ultrapassados 2 destes 3 parâmetros estamos perante uma grande empresa. Uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e o seu volume de negócios anual ou o seu balanço total anual não excede 10 milhões de euros. Uma microempresa tem de ter menos de 10 pessoas e o seu volume de negócios anual ou o seu balanço total anual não pode exceder 2 milhões de euros. Em suma, os principais limites e requisitos descritos anteriormente são apresentados na figura seguinte.

| Categoria da empresa | Efectivos: Unidade de Trabalho-Ano (UTA) | Volume de negócios anual | Balanço total anual |
|----------------------|--|---|---|
| Média | < 250 | ≤ 50 milhões de euros (em 1996, 40 milhões de euros) | ≤ 43 milhões de euros (em 1996, 27 milhões de euros) |
| Pequena | < 50 | ≤ 10 milhões de euros (em 1996, 7 milhões de euros) | ≤ 10 milhões de euros (em 1996, 5 milhões de euros) |
| Micro | < 10 | ≤ 2 milhões de euros (anteriormente não definido) | ≤ 2 milhões de euros (anteriormente não definido) |

Figura 1: Critérios de classificação de PME

Fonte: A nova definição de PME – Guia do utilizador e modelo de declaração, 2006

1.2 Tecido Empresarial Português

1.2.1 Empresas em Portugal

Analisando o tecido empresarial português com base nos dados recolhidos no *site* Instituto Nacional de Estatística (INE) e PORDATA é de salientar o impacto que as PME apresentam no panorama empresarial nacional. A análise será tida em conta o último ano com dados disponíveis para consulta, 2017.

Em 2017, 99,90% das organizações com sede em Portugal eram consideradas PME sendo as Microempresas existentes 96,15% da totalidade, como é possível observar na tabela abaixo. No que diz respeito às grandes empresas, foram apenas 0,1% a nível nacional, mas em contrapartida foram responsáveis por 43,30% do valor global correspondente ao volume de negócios, sendo os restantes 56,70% repartidos pelas PME, conforme apresentado na tabela abaixo.

| Tipo de empresas | Dimensão (nº) | | Volume de Negócios (€) | |
|------------------|---------------|-------|------------------------|------|
| | Nº Empresas | % | Expresso em euros | % |
| Micro | 1 212 059 | 96,15 | 71099,9 | 17,8 |
| Pequena | 40 547 | 3,22 | 73423 | 18,5 |

| | | | | |
|--------------|------------------|------------|--------------------|------------|
| Média | 6 628 | 0,53 | 80962,5 | 20,4 |
| Grande | 1 202 | 0,10 | 172208,7 | 43,3 |
| TOTAL | 1 260 436 | 100 | 397 694 672 | 100 |

Tabela 1: Número de empresas em Portugal em 2017

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PORDATA, consultado em 2019

Tendo em consideração o total de PME em 2017, representando 99,9% da globalidade como observado, é importante analisar a variação do número de PME ao longo dos anos, de 2004 até 2017 como mostra a tabela nº 2. Analisando o período em questão, observamos que foi atingido o maior número de PME em 2008, observando-se o total de 1.260.302 empresas. Após o pico de 2008 houve um decréscimo gradual ao longo dos anos seguintes tendo-se observado em 2012 o menor número de PME existentes, 1.085.894.

| Anos | PME | | | |
|------|------------|------------|----------|--------|
| | Total | Micros | Pequenas | Médias |
| 2004 | 1.114.354 | 1.064.115 | 43.806 | 6.433 |
| 2005 | 1.150.515 | 1.099.975 | 44.149 | 6.391 |
| 2006 | 1.171.093 | 1.119.032 | 45.513 | 6.548 |
| 2007 | 1.233.432 | 1.180.255 | 46.398 | 6.779 |
| 2008 | ±1.260.302 | ±1.207.098 | ±46.383 | ±6.821 |
| 2009 | 1.222.488 | 1.171.689 | 44.253 | 6.546 |
| 2010 | 1.167.168 | 1.117.787 | 42.968 | 6.413 |
| 2011 | 1.135.153 | 1.088.145 | 40.815 | 6.193 |
| 2012 | 1.085.894 | 1.043.003 | 37.118 | 5.773 |
| 2013 | 1.118.427 | 1.077.294 | 35.446 | 5.687 |
| 2014 | 1.146.119 | 1.104.490 | 35.870 | 5.759 |
| 2015 | 1.180.331 | 1.136.865 | 37.515 | 5.951 |
| 2016 | 1.213.107 | 1.167.993 | 38.866 | 6.248 |
| 2017 | 1.259.234 | 1.212.059 | 40.547 | 6.628 |

Tabela 2: Número de PME em Portugal de 2004 a 2017

Fonte: Retirado do site PORDATA, 2019

Esta diminuição acima descrita que se verificou foi uma das consequências, segundo Carvalho e Martins, das “fortes debilidades económicas e que se acentuaram drasticamente

com a crise mundial que se iniciou em 2007 e que culminou no pedido de auxílio financeiro às instâncias internacionais, FMI (Fundo Monetário Internacional), CE (Comissão Europeia) e BCE (Banco Central Europeu) em maio de 2011 (2015 p.44)”. Segundo os mesmos autores este cenário veio expor as fragilidades das empresas portuguesas, principalmente das micro e pequenas empresas, tendo sido as mais atingidas, por não possuírem capacidade de resposta a todas as dificuldades encontradas no período em questão.

1.2.1.1 Empresas por Setor de atividade

Das cerca de 1 milhão e 200 mil empresas em Portugal no ano de 2017, segundo o INE os setores que mais se destacam a nível do número de empresas existentes, são o de comércio por grosso e a retalho com 232.625 que, apesar de ser o setor com o maior número, também é aquele em que se verificou uma maior diminuição de empresas desde 2012, cerca de 13.435. As empresas de atividades administrativas e de serviços de apoio registou um número expressivo em relação ao aumento de empresas desde 2012, em cerca de 42000. Ao nível de aumentos, o “setor” de Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca foram os que mais aumentaram tendo tido no período de 2012 a 2017, uma criação de 76.000 empresas. As empresas dedicadas ao alojamento, restauração e similares aumentaram no período em análise, sendo uma consequência do aumento do turismo em Portugal.

| Setores de Atividade | 2017 | 2012 | Varição |
|--|---------|---------|---------|
| Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 132928 | 56468 | +76460 |
| Indústrias transformadoras | 67555 | 67485 | +70 |
| Construção | 81629 | 87592 | -5923 |
| Comércio por grosso e a retalho | 219190 | 232625 | -13435 |
| Alojamento, restauração e similares | 104826 | 83861 | +20965 |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas | 125617 | 112728 | +12889 |
| Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 176535 | 134904 | +41631 |
| Atividades de saúde humana e apoio social | 94740 | 81883 | +12857 |
| Restantes setores de Atividade económica | 257 416 | 229 369 | +28047 |
| TOTAL | 1260436 | 1086915 | +173521 |

Tabela 3: Evolução das PME por setor de atividade
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PORDATA (2019)

1.2.1.2 Empresas por Localização geográfica

Dos setores apresentados, as empresas encontram-se em Portugal Continental e nas ilhas, sendo de destacar a região Norte. Cerca de 1/3 da totalidade das empresas em Portugal estão sediadas naquela zona, sendo que se verificou um forte crescimento no número de empresas, segundo os dados disponibilizados pelo PORDATA, é possível verificar, num período de 5 anos (2012-2017), um aumento de 68.126.

Na zona centro e, em Lisboa, situa-se um significativo número de empresas, mais concretamente 49,66% da totalidade. No seguimento do que sucede no norte do país, também nas zonas referidas houve um aumento significativo no mesmo período, tendo no centro aumentado 30.350 e em Lisboa 42.709.

Na tabela abaixo é possível observar em pormenor a localização geográfica da globalidade de empresas.

| Localização geográfica | 2017 | 2012 | Variação |
|-------------------------------|----------------|----------------|-----------------|
| Norte | 424193 | 356067 | 68126 |
| Centro | 265795 | 235445 | 30350 |
| Lisboa | 360075 | 317366 | 42709 |
| Alentejo | 85198 | 76978 | 8220 |
| Algarve | 71199 | 55625 | 15574 |
| Açores | 27335 | 24659 | 2676 |
| Madeira | 26641 | 20775 | 5866 |
| TOTAL | 1260436 | 1086915 | 173521 |

*Tabela 4: Evolução das PME por localização geográfica
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PORDATA (2019)*

De forma a concluir a análise ao tecido empresarial português podemos observar que existe uma tendência de aumento das PME em Portugal em especial destaque na região Norte, situação que se tem verificado ao longo do anos e que continuarão a ter elevada importância no desenvolvimento empresarial bem como em assegurar postos de emprego. No ano de 2017 as PME empregavam cerca de 3 milhões e 100 mil pessoas, segundo dados do INE.

2 Auditoria

2.1 Conceito de Auditoria

O conceito de auditoria em geral e da AI encontra-se explanado a seguir, uma vez que é fundamental perceber de que forma estas atuam nas PME.

Segundo Costa (2010), o termo Auditoria deriva etimologicamente da palavra latina *audire*, que significa “ouvir” e o auditor era encarado como um “ouvinte”, tendo sido os ingleses a ampliarem o seu conceito para *auditing*, voltando o seu significado para o sentido de revisão e verificação.

Devida à vasta amplitude e heterogeneidade, pode-se atribuir diversas funções à palavra auditoria porque esta muda consoante os objetivos pretendidos, daí a existência de diversos tipos de auditoria, tais como: Auditoria Governamental, Auditoria Tributária, Auditoria de Sistemas, Auditoria Fiscal, entre outras (Pacheco, 2018).

Contudo e numa forma de carácter geral é possível dizermos que a atividade de Auditoria se relaciona com a revisão, exame, verificação e inspeção, sendo que para a empresa de auditoria Deloitte, a auditoria *“é um processo altamente complexo e a importância dos auditores como elo vital na cadeia de demonstrações financeiras nunca foi tão importante e nunca o seu papel como conselheiros fidedignos tão valorizados.”*

De acordo com a definição do International Federation of Accountants, adiante designado de IFAC, a Auditoria *“é o exame independente da informação financeira de uma entidade, seja esta orientada para o lucro ou não e independentemente da sua dimensão ou forma legal, quando essa análise é conduzida com vista a expressar uma opinião sobre a mesma.”*

2.2 Auditoria Interna

2.2.1 Definição de Auditoria Interna

A AI forma-se a partir do conceito amplo de auditoria, pela necessidade da tomada de decisões por parte dos gestores que devem ser baseadas em informações fidedignas.

Uma das principais organizações que agrega os profissionais de auditoria interna, o Institute of Internal Auditors (IIA), definiu a primeira definição de auditoria interna nos Standards em 1978 sendo a seguinte: *“A Auditoria Interna é uma função, completa e independente,*

estabelecida na organização para examinar e avaliar as suas atividades, como um serviço para a organização.”

Para além deste objetivo, a auditoria interna procurava sempre o melhor custo possível para o bom controlo da organização, assim como assegurar a fiabilidade da informação, a proteção do património, a eficácia dos sistemas, o cumprimento das normas e a qualidade alcançada no desempenho das atividades.

Devido às mudanças verificadas na relação existente entre o auditor e a organização, na medida em que a sua missão deixou de estar orientada para um desempenho eficaz das responsabilidades dos gestores, passando a estar voltada para acrescentar valor e melhorar a eficácia e eficiência das operações (Rodrigues, 2013), o IIA no início do presente século passa a definir Auditoria Interna como:

“Uma atividade independente, de garantia objetiva e consultoria, estabelecida para acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Apoia uma organização a atingir os seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação e melhoria da eficácia na gestão do risco, controlo e processos de governance (2009, p.10).”

A nova definição veio reforçar o fim da ideia de que a Auditoria Interna tem como objetivo a inspeção e vigilância de cumprimento das normas de auditoria, assim como a sua dedicação excessiva a verificação das demonstrações dos resultados (Saraiva, 2010).

2.2.2 Componentes da Auditoria Interna

A auditoria interna torna-se um fator relevante para a gestão de qualquer empresa, principalmente para as PME, visto que o cenário económico está cada vez mais exigente, sendo necessário que os seus gestores procurem a obtenção de eficácia nos seus resultados e estejam atentos a questões de carácter organizacional, sendo a AI um forte aliado nesse sentido com as recomendações com base em análises e avaliações dos dados e do processo de negócio.

De acordo com Barreiro (2007), as organizações que possuem auditoria interna podem alcançar um fator competitivo de grande importância, uma vez que com a existência de um departamento de auditoria interna competente, pode evitar a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos quer morais quer materiais para a organização.

Para o assunto em apreço, destaca-se a Norma de Desempenho 2100 – “A Natureza do trabalho”, que identifica claramente as três áreas de atuação da auditoria interna: “A atividade de auditoria interna deverá avaliar e contribuir para a melhoria dos processos de gestão de risco, controlo e de governo, utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada (IPAI, 2009 p.26).”

Para um mais fácil entendimento, o IIA desenvolveu uma ilustração para demonstrar a proposta de valor da auditoria interna. Esta descreve sucintamente como os conceitos contidos na definição se combinam para criar valor. Os conceitos envolvidos são os que a seguir se apresentam:



Figura 2: Componentes da Auditoria Interna

Fonte: https://na.theiia.org/about-ia/PublicDocuments/PR-Value_Prop_Bro-FNL-Lo.pdf (2019)

Garantia (*Assurance*): A auditoria interna fornece garantia sobre o processo de *governance* da organização, gerência de riscos e controlo para ajudar a organização a alcançar os seus objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade.

Compreensão (*Insight*): A auditoria interna é um catalisador para melhorar a eficácia e a eficiência de uma organização, fornecendo *insights* e recomendações com base em análises e avaliações dos dados e do processo de negócio.

Objetividade (*Objectivity*): Com o compromisso de integridade e responsabilidade, a auditoria interna oferece valor aos órgãos diretivos e à alta administração como uma fonte objetiva de aconselhamento independente.

Segundo Reding et al. (2013) apoiado pelo IIA, os principais objetivos desta auditoria são:

- Ajudar a organização a atingir os seus objetivos;
- Melhoria e evolução da eficácia da gestão de risco, controlo e processos;
- Atividade de garantia e consultoria projetada para acrescentar valor e melhorar as operações;
- Independência e objetividade;
- Abordagem sistemática e disciplinada.

2.3 Diferenças de Auditoria Interna e Externa

É importante haver a distinção entre os dois tipos de auditoria que por vezes não são bem distinguidos. Ambas têm um elo em comum, que é a organização, sendo que o contributo que os mesmos trazem é que difere, tornando assim os objetivos de cada uma diferente.

Citando Pinheiro:

“A Auditoria Externa é um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, sendo conduzido por uma pessoa idónea, com o objetivo de exprimir uma opinião sobre se as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa (2013, p.11).”

Para Teixeira:

“A auditoria interna, por possuir conhecimentos mais aprofundados do know-how da organização e ter possibilidade de executar uma auditoria continuada, certamente, proporcionará maior segurança ao auditor externo aquando da emissão da sua opinião a respeito das demonstrações financeiras (2006, p.16).”

Na tabela abaixo, é possível ter uma perceção clara das diferenças de ambas as Auditorias.

| | AUDITORIA INTERNA | AUDITORIA EXTERNA |
|------------------|--|--------------------------|
| Normas aplicadas | Normas profissionais, incluindo as normas éticas | Normas definidas por lei |

| | | |
|----------------------|--|---|
| Vínculo laboral | Profissional dos quadros da organização | Profissional independente |
| Modo de Realização | O trabalho é subdividido em relação às áreas profissionais e às linhas de responsabilidade administrativas | O trabalho é subdividido em relação às principais contas do balanço patrimonial e de demonstração dos resultados |
| Destinatários | Principalmente internos, como a administração e órgãos de gestão | Acionistas, financiadores, governo e público em geral |
| Frequência | Sem tempo determinado ou periodicidade | De caráter regular, geralmente anual |
| Avaliação do CI | A fim de poder expressão opinião acerca da eficácia e eficiência da operacionalidade | A fim de poder expressar opinião acerca da segurança das operações |
| Objetivos principais | Fazer face às necessidades da Gestão, contribuindo para um aperfeiçoamento e fortalecimento do SCI | Atender à necessidade de terceiros no que diz respeito à credibilidade das demonstrações financeiras emitindo uma opinião |

*Tabela 5: Diferenças da Auditoria Interna e Externa
Fonte: Elaboração própria com base em (Santos, 2018)*

Silva (2016) afirma que a auditoria interna e a auditoria externa apesar de não terem os mesmos objetivos acabam por se complementar visto que realizam trabalhos de natureza idêntica e deve haver um contacto entre as duas pois será benéfico para a organização que elas se interliguem. Esse mesmo contacto é tido cada vez mais em consideração, estando regulamentado um conjunto de normas que visam orientar a forma como os auditores internos se devem relacionar com os auditores externos, bem como a forma como estes se devem coordenar para benefício da entidade.

CAPÍTULO III – CONTROLO INTERNO

3 Controlo Interno

3.1 Conceito de Controlo Interno

Este capítulo tem por objetivo o estudo da função de CI. Assim, começa pela apresentação dos conceitos de CI e Sistemas de Controlo Interno (SCI), assim como os objetivos e métodos de CI existentes dado que se pretende aferir da sua usabilidade nas empresas em estudo (PME), finalizando com as limitações existentes nas empresas para a adoção dos mesmos.

Uma gestão que se pretende que seja moderna deve dispor de adequados e fiáveis sistemas de informação e de CI, de modo a possibilitar aos gestores uma tomada de decisão acertada e ter a capacidade de aperfeiçoar e corrigir atempadamente a gestão exercida (Moreno,1997).

Citando Carvalho *“todas as entidades, por mais pequenas que sejam não podem atingir eficazmente os seus objetivos sem ter qualquer sistema de controlo interno montado. No entanto, o modo como deve ser implementado varia consoante a dimensão da empresa, tendo em conta principalmente a relação custo-benefício”* (1994, p.8).

Costa (2010) nesse campo também defende que uma empresa não poderá exercer a sua atividade operacional sem que haja, por mais arcaico que seja, um SCI.

Com estas afirmações dos autores considera-se que a importância do CI é evidente para o desenrolar de todas as operações da empresa, e, por conseguinte, para o seu crescimento e sustentabilidade, uma vez que, através da definição dos objetivos, muitos processos deixam de estar ao alcance e controlo do gestor ou administrador. A complexidade atual de que se reveste a estrutura organizacional, torna imperativo criar mecanismos também mais complexos que sejam capazes de controlar as atividades que anteriormente eram supervisionadas diretamente pelo próprio (Neves, 2009).

No entanto, os sistemas de controlo interno não são lineares, nem devem ser iguais em todas as organizações. As organizações e as suas necessidades de CI variam em relação a diversos fatores, tais como o setor em que operam, a sua dimensão bem como a própria natureza. Embora estes aspetos apresentados foquem e estabeleçam muitas das características e objetivos principais do CI, é de todo importante apresentar algumas definições claras e concretas do que é o CI e um SCI.

O primeiro conceito de controlo interno surgiu em 1934, publicado pelo American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) (citado por Attie, 1992, p.110) que define:

O controlo interno compreende um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas adotadas num negócio a fim de garantir a salvaguarda de ativos, verificar a adequação confiabilidade dos dados contabilísticos, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão às políticas estabelecidas pela gestão.

Carvalho e Martins definem o CI como sendo:

“Uma atividade constituída por um conjunto de processos e procedimentos que visam garantir boas práticas de gestão e o cumprimento das políticas estabelecidas pelos órgãos de gestão, garantem também a execução dos planos estratégicos assim como o acompanhamento e supervisão das tarefas executadas no decurso da atividade de uma empresa (2015, p.38).”

Para o IFAC (2001) na IPSAS nº 6:

“O sistema de controlo interno é o plano de organização e todos os métodos e procedimentos adotados pela administração de uma entidade para auxiliar e atingir o objetivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta dos negócios, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.”

3.2 Objetivos e Métodos do Controlo Interno

O SCI devido à necessidade inerente, será mais sofisticado e complexo, consoante a realidade da entidade, de tal forma que ele esteja ajustado e sensível às necessidades da organização.

Reunindo os pressupostos do IIA (2004) e do resultado da consulta *web* na Secretaria Geral da Economia, podemos constatar que os objetivos são:



Tabela 6:Objetivos do Controlo Interno
Fonte: Elaboração própria com base no IIA, consultado em 2019

Para o Tribunal de Contas (1999) os SCI devem permitir às empresas identificar os tipos de operações mais relevantes, identificar os principais fluxos de processamento das operações das áreas-chave de controlo, deterem uma descrição fiel e pormenorizada dos procedimentos de modo a conhecer os pontos fortes e fracos do controlo, determinar o grau de confiança, avaliar a segurança e fiabilidade de informação, assim como a sua eficácia na prevenção e deteção de erros e irregularidades e por fim determinar a profundidade de eventuais testes de auditoria.

O controlo interno pode ser adotado em diversas áreas e seguir inúmeros métodos, sobre os quais, os seguintes compreendem uma maior abrangência:

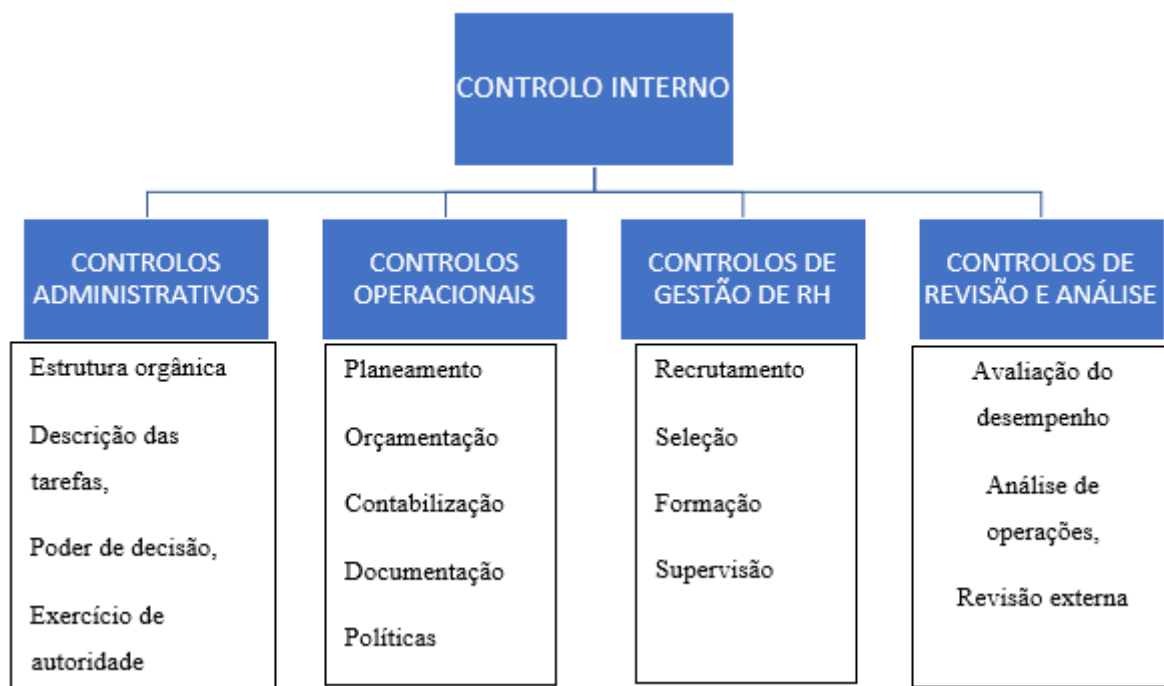


Figura 3: Diferentes áreas de Controlo Interno
 Fonte: Elaboração própria (2019)

Navais (1998), considera que o SCI é de grande utilidade para a programação do trabalho de auditoria interna ou externa, já que cada uma delas realiza as tarefas consoante os objetivos a atingir tendo por base o SCI implementado.

Carvalho (1994), realça a importância do CI nas PME afirmando que havendo um adequado sistema, isso deverá ser a primeira linha de proteção contra possíveis erros, fraudes, irregularidades e faltas, bem como contra outros riscos inerentes à atividade empresarial. Como é de fácil perceção, um bom SCI não é sinónimo de total cobertura do risco de erros, fraudes e irregularidades, contudo, pode minimizar esses mesmos riscos diminuindo-os a níveis aceitáveis e por consequente materialmente irrelevantes.

Martins e Morais (2007), consideram que de acordo com as necessidades da organização, são vários os tipos de controlos que um SCI deve incluir, ou que na falta de um sistema devam ser tidos em conta, tais como: os preventivos, de deteção, diretivos ou orientados, corretivos e compensatórios.

Os controlos preventivos são aqueles que tendem a prevenir a ocorrência de acontecimentos indesejáveis, entrando em funcionamento de imediato.

São controlos à posteriori os de deteção, os quais têm como função a deteção ou correção de acontecimentos não desejáveis já ocorridos.

Os controlos diretivos ou orientados desencadeiam o acontecimento de factos desejáveis através de boas orientações, de modo a que maus efeitos não ocorram.

São denominados de controlos corretivos aqueles que têm como missão a retificação de problemas identificados.

Por último, os controlos compensatórios têm como finalidade compensar possíveis fraquezas de controlo existentes noutras áreas da organização.

Dos diferentes tipos de controlados enunciados, para Carvalho (1994) os controlos preventivos são uma válida solução, devido ao facto de limitarem quaisquer possíveis riscos não definidos no SCI, assim como os controlos detetivos fundamentais para a correção imediata dos erros ou fraudes, no mais curto espaço de tempo.

Pode então afirmar-se que os controlos preventivos servem para impedir a ocorrência de factos indesejáveis, sendo considerados controlos *à priori*, pois valem-se da providência, servindo como exemplo, uma adoção de um sistema de vigilância de controlo de entradas na empresa, obrigatoriedade de duas assinaturas nos cheques, existir uma lista de fornecedores aprovada ou o haver o confronto das faturas com as notas de encomenda.

Quanto aos controlos detetivos, assim como o nome indica, asseguram que os erros, fraudes e irregularidades já decorridos sejam detetados ou corrigidos no mais breve período, daí designarem-se comumente por controlos *à posteriori*, como por exemplo a realização de reconciliações bancárias, executar contagens físicas regulares, solicitar certidões de dívidas ou o confronto de saldos de terceiros.

Assim como para Carvalho, também Carreira (2013) entende que a implementação destes dois tipos de controlo cria nos operacionais um maior sentido de responsabilidade nos processos, na atividade operacional e na criação de valor, permitindo às empresas a diminuição, perdas e melhoria dos seus resultados.

| Controlos Preventivos | Controlos de Detecção |
|--|--|
| Prevenir antes da ocorrência | Detetar após a ocorrência |
| Monitorizar as operações | |
| Prevenir potenciais problemas e implementar medidas corretivas | Medir e proceder a ajustamentos em caso de desvio face ao planeado |
| Atuar se as previsões indicarem problemas | |
| Pessoal qualificado | Custo padrão e variações |
| Segregação de funções | Reconciliações bancárias |
| Controlo de acessos | Reconciliações de contas a receber |
| Controlo de inventários | Contagens físicas regulares |
| Controlo Orçamental | Auditoria Interna |
| Controlo de Crédito | Análise periódica da gestão de crédito |

*Tabela 7: Tipologia do Controlo Interno
Elaboração própria com base em Carreira (2013)*

3.3 Limitações e riscos do Controlo Interno

O Controlo Interno tende a favorecer o processo de gestão na empresa evitando as fraudes e sendo uma ferramenta de planeamento, correção de falhas e aplicação de melhorias internas, assegurando que os objetivos da empresa são alcançados, contudo existem limitações, principalmente nas PME.

É possível estruturar os limites existentes e associá-los a diferentes tipos de riscos. Segundo Carvalho (1994), quanto maior é a possibilidade de perda, maior é o risco, existindo uma tipologia de diversos riscos, tais como, os relacionados com a empresa, com a natureza das operações realizadas, com a conceção e funcionamento do sistema e com a não deteção estando ligados à auditoria.

Riscos ligados à empresa: De acordo com Pinto (2016) e Carreira (2013) são definidos como limites ao CI e consequentemente riscos ligados às empresas, as seguintes observações:

- A estrutura de CI ser definida pela Gestão, tentando sempre que o custo associado ao CI seja minimizado e dessa forma poder existir um deficiente juízo de avaliação na tomada de decisões;
- Pela possibilidade da existência de erros humanos resultantes da falta de cuidado ou de capacidade de julgamento, ou da existência de conluios entre membros da organização;
- A dimensão da empresa por vezes não permitir uma adequada segregação de funções;

Riscos ligados à natureza das operações realizadas: o CI incide normalmente sobre as operações de rotina, resultantes de sistemas, não abrangendo normalmente as operações pouco usuais.

O International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2015 § A5-A11), através da norma internacional de auditoria 265, aborda a responsabilidade do auditor em comunicar de forma apropriada aos encarregados da governação e à gerência deficiências no controlo interno que o mesmo tenha identificado.

Na mesma norma também é referido o facto de algumas das deficiências apresentadas poderem originar falhas no processo de reporte das demonstrações financeiras, assim como no parágrafo A7 são apresentados exemplos de indicadores de deficiências significativas no controlo interno, que complementam os riscos já descritos neste capítulo.

Observa-se que é referida por diversas vezes a gerência, tendo sido dado como exemplos o facto de poderem existir transações significativas em que a mesma tenha um interesse financeiro ou ser identificada uma fraude perpetrada pela gerência, com ou sem efeito material, que não foi evitada pelo controlo interno da entidade. A norma também refere como deficiências em ter em conta, a ausência de um processo de avaliação do risco na entidade quando seria de esperar que tal processo estivesse estabelecido, a prova de uma resposta ineficaz a riscos significativos identificados e distorções detetadas pelos procedimentos do auditor que não foram evitadas, ou detetadas e corrigidas, pelo controlo interno da entidade.

4 PME Líder e PME Excelência

4.1 O IAPMEI

Antes de se poder abordar as PME Líder e de Excelência, é necessário conhecer o organismo que lhes apoia e o qual lhes atribui as respetivas certificações: o IAPMEI. Caraterizado como um organismo público de apoio às micro, pequenas e médias empresas dos setores industrial, comercial, de serviços e construção, foi criado em 1975 sendo o incontornável aliado das PME portuguesas e projetando sempre o seu futuro para beneficiar as mesmas.

Nuno Mangas, atual presidente do referido organismo, destaca o mesmo como sendo o “estímulo ao empreendedorismo qualificado e inovador”, a preocupação em “apoiar o aumento e a consolidação da dimensão crítica das empresas nacionais, promovendo iniciativas orientadas para o investimento, para o financiamento e para as estratégias de eficiência coletiva.”, bem como a orientação e “capacitação das empresas, os seus RH e as suas lideranças, oferecendo formação orientada (...) para o reforço de competências, em temas relevantes e emergentes para a inovação e para a competitividade empresarial”.

Em consulta ao *site* do organismo podemos observar os valores presentes da organização:

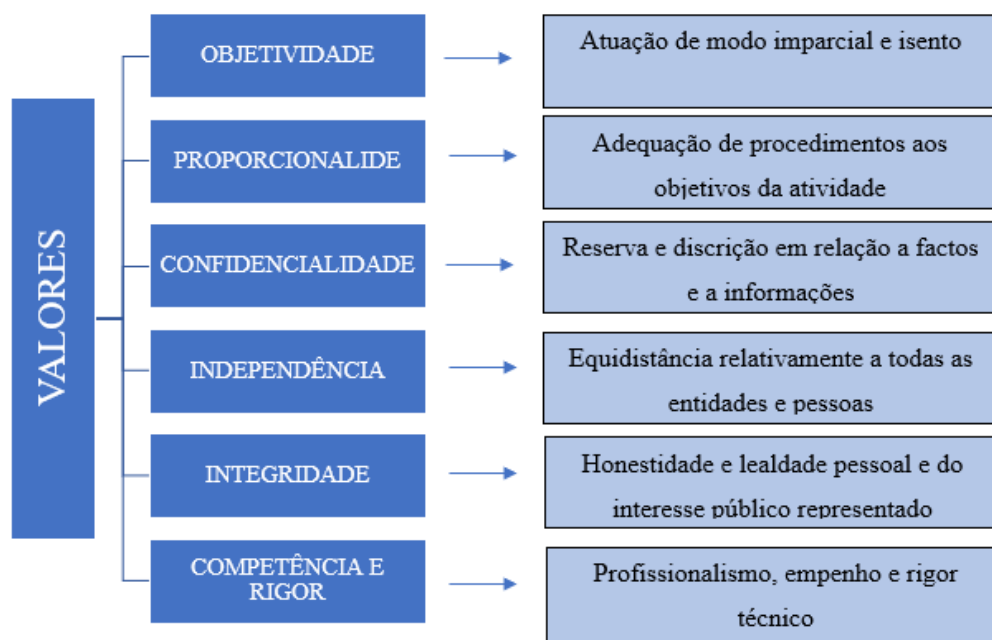


Figura 4:Valores organizacionais do IAPMEI
fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI

4.2 PME Líder

O estatuto PME Líder é um certificado de reputação de empresas criado para distinguir o mérito das PME nacionais com desempenhos superiores, sendo atribuído em parceria com o Turismo de Portugal, um conjunto de bancos parceiros e as Sociedades de Garantia Mútua, tendo por base as melhores notações de *rating* e indicadores económico-financeiros.

Este estatuto constitui um mecanismo de qualificação empresarial que pretende galardoar o mérito das melhores PME nacionais, através da criação de condições para o reforço da sua reputação junto do mercado e para o acesso otimizado a financiamento. O objetivo é alavancar estratégias de crescimento e de consolidação da sua base competitiva.

Entre 2008 e 2018 o número de PME Líder cresceu cerca de 168%. Com um total de 2.996 empresas em 2008 e 8.044 em 2018, o crescimento médio anual situou-se nos 13%, refletindo o reconhecimento e a crescente notoriedade da iniciativa ao longo dos tempos.

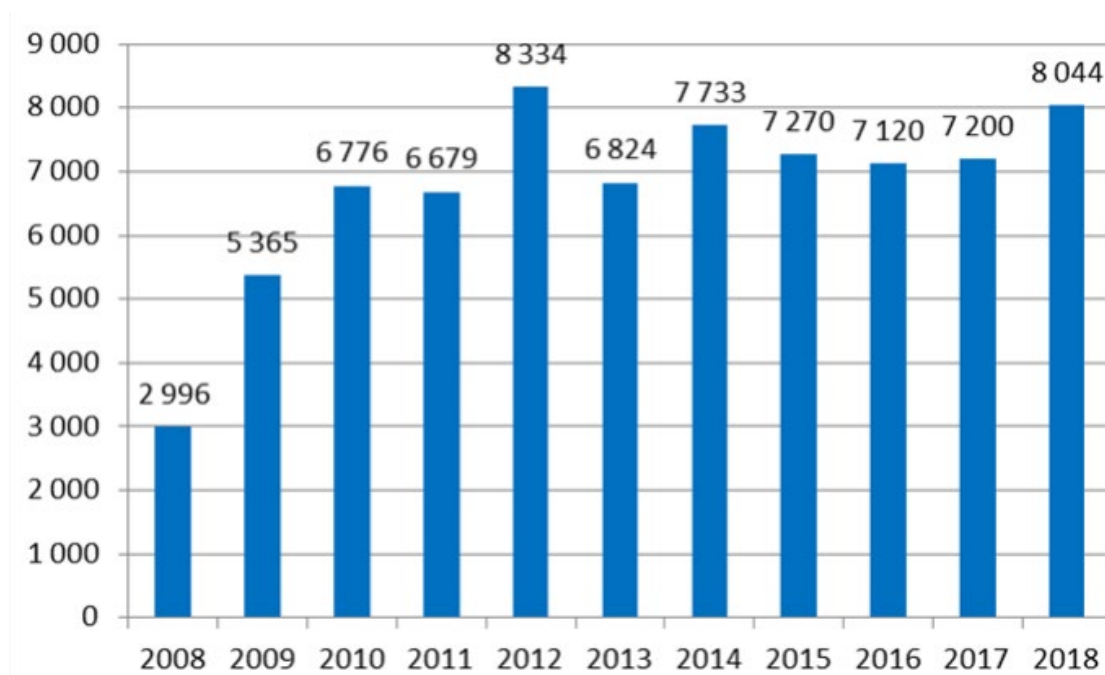


Gráfico 1: Evolução do nº PME Líder

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPME (2019)

4.3 PME Excelência

4.3.1 Evolução das PME Excelência

O Estatuto “PME Excelência” é atribuído também pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal (no caso das empresas do setor do Turismo), em parceria com dez entidades bancárias que operam em Portugal, nomeadamente o Banco BPI, Bankinter, Caixa Geral de Depósitos, Crédito Agrícola, EuroBic, Millennium BCP, Montepio, Novo Banco, Novo Banco Açores e o Santander Totta.

As PME Excelência são selecionadas, pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal, com base no universo das PME Líder, ou seja, as empresas bastam candidatar-se à certificação PME Líder. A seleção das empresas é feita diretamente pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal, que verificará as empresas que têm os critérios de seleção pretendidos.

Este reconhecimento surgiu em 2009, tendo sido entregue a 378 empresas nacionais relativamente a esse mesmo ano. Em 2018, o número de empresas com este reconhecimento foi superior em cerca de 529% relativamente ao primeiro ano, tendo sido distinguidas 2378 PME. Tendo presente a análise anterior ao número de PME Líder em 2018, as de Excelência representam cerca de 30% do total de PME líder.

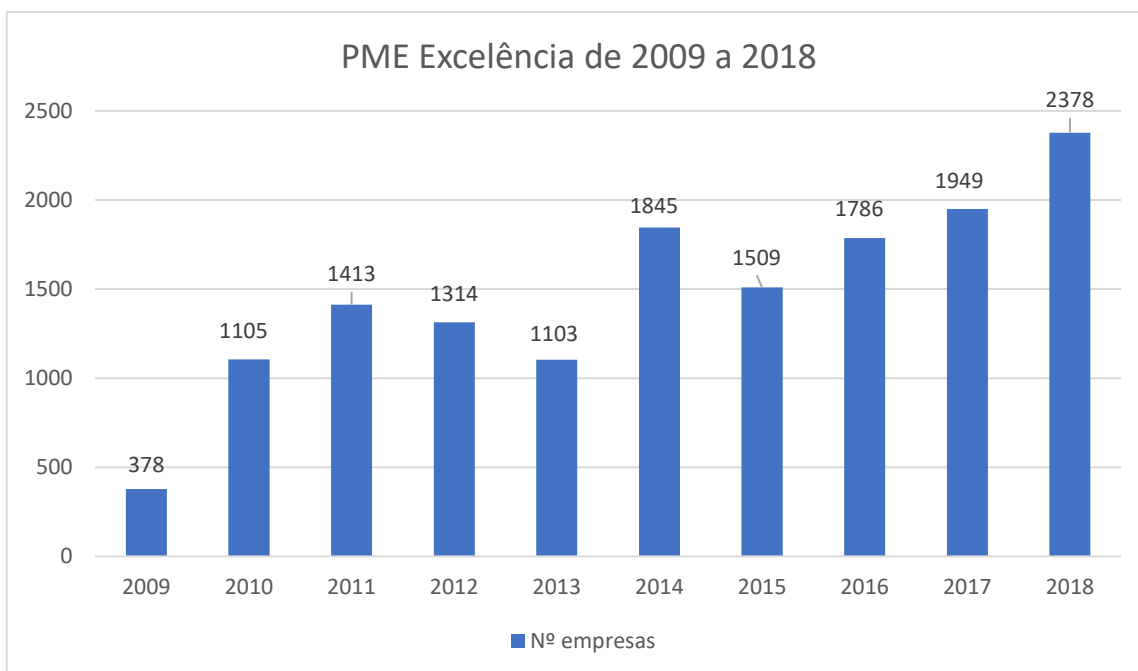


Gráfico 2: Evolução no número de PME Excelência de 2009 a 2018
Fonte: Elaboração própria com bases nos dados do IAPMEI (2019)

4.3.2 Critérios de seleção

Para as empresas serem distinguidas com o estatuto de “Excelência” as mesmas devem cumprir, cumulativamente, os critérios abaixo discriminados:

| INDICADOR/RÁCIO | CRITÉRIO |
|---|----------------|
| Autonomia Financeira | $\geq 37,50\%$ |
| Rendibilidade Líquida do Capital Próprio | $\geq 12,50\%$ |
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA (<i>NetDebt/EBITDA</i>) | $\leq 2,50$ |
| EBITDA / Ativo | $\geq 10,00\%$ |
| EBITDA / Volume de Negócios | $\geq 7,50\%$ |
| Crescimento do Volume de Negócios (de n-1 para n) | ≥ 0 |
| Notação de risco atribuída pelas Sociedades de Garantia Mútua | ≤ 5 |

Tabela 8: Critérios de seleção para PME Excelência
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI (2019)

De modo a existir uma melhor percepção dos indicadores acima descritos, são apresentados, de seguida, os aspetos fundamentais, nomeadamente o rácio de autonomia financeira e o EBITDA.

Como se observou, o rácio de autonomia financeira tem de ser superior a 37,50%, sendo que essa percentagem traduz os ativos da empresa que está a ser financiada por capitais próprios, sendo que quanto menor for a percentagem, mais depende de capitais alheios a empresa está. É um dos indicadores mais relevantes quando se analisa o endividamento de uma empresa e calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Autonomia financeira} = \frac{\text{Capitais próprios}}{\text{Ativo}}$$

O EBITDA aparece em dois indicadores, portanto é necessário ter a noção que significa Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, traduzido da expressão em inglês *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*. Este indicador permite conhecer quanto a empresa está a gerar a nível de meios financeiros líquidos, com base exclusivamente nas suas atividades operacionais, desconsiderando os impactos financeiros e dos impostos.

A evolução entre os anos de 2016 para 2018 no gráfico abaixo, observa-se um crescimento do indicador de Autonomia Financeira bem como da rentabilidade líquida do capital próprio nas PME Excelência a nível nacional, o que vem a comprovar a crescente solidez financeira das mesmas bem como se traduz no sucesso empresarial alcançado.

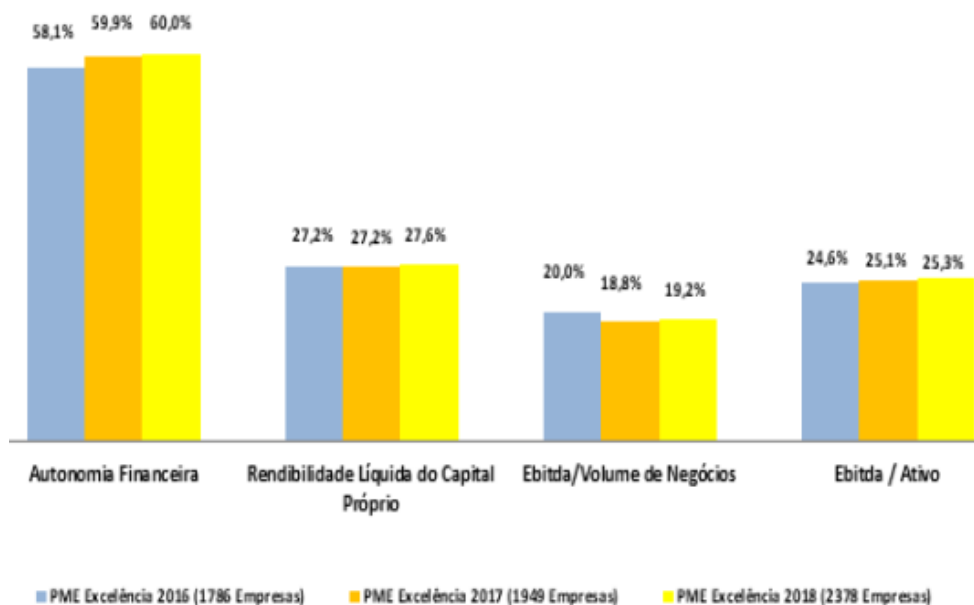


Gráfico 3: Indicadores das PME Excelência de 2016 a 2018
 Fonte: Retirado do IAPMEI (2019)

4.3.3 Vantagem das certificações

O facto de as empresas serem certificadas como “PME Excelência” apresenta valor acrescido às mesmas, no sentido em que, são facultados um conjunto de facilidades e de vantagens para as organizações, quer internamente como na envolvente com o exterior.

O IAPMEI, o Turismo de Portugal e os Bancos Parceiros, promovem a sinalização das empresas distinguidas, conferindo visibilidade ao seu mérito no mercado e contribuindo para a criação de um enquadramento estimulante ao desenvolvimento das suas atividades. O aumento de notoriedade permitirá à empresa diferenciar-se nas suas relações com o mercado e de certa forma ganhar a confiança de terceiros.

Facilitando o acesso a soluções de financiamento nas melhores condições de qualidade e preço, sendo dado como exemplo a oferta específica de cada um dos Bancos Parceiros às suas PME Líder, melhoria de condições para as PME Líder nas Linhas de Crédito PME

Crescimento e o desenvolvimento de condições para acesso aos mercados de capitais, de forma individual ou em grupo.

4.3.4 PME Excelência – Evolução de 2016 a 2018

Da análise efetuada às informações disponibilizadas no *site* do IAPMEI pode constatar-se que nos últimos 3 anos de atribuição de PME Excelência, se tem assistido a um aumento gradual do número de empresas PME Excelência, mais concretamente em cerca de 31% no número total de empresas PME Excelência em todo o território nacional:

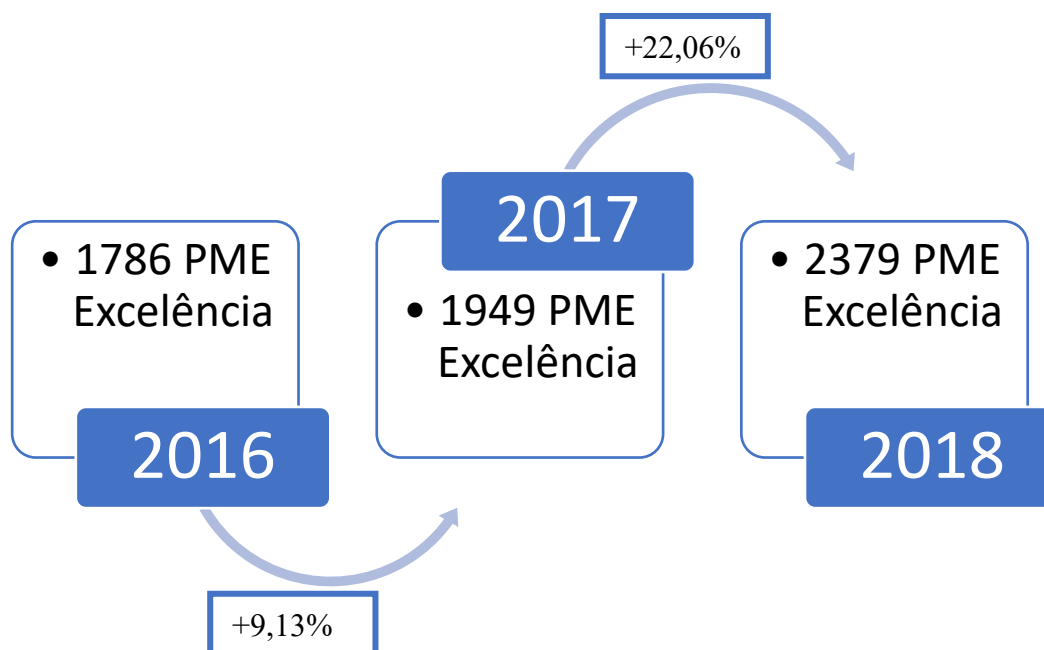


Figura 5: Evolução das PME Excelência de 2016 a 2018
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI (2019)

Como anteriormente já referido, as PME Excelência são reguladas pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal, diferenciando-se assim devido ao setor de atividade em que operam. No mesmo período constata-se um aumento significativo nas PME Excelência ligadas ao turismo, quer sejam empresas de alojamento quer de restauração. Com base nestes dados, pode-se quantificar o aumento dessas mesmas, em mais do dobro de empresas. Este aumento deve-se ao facto da aposta que tem havido no turismo em Portugal, havendo a criação de novas empresas, assim como a aposta na melhoria das empresas já existentes de forma a poderem-se tornar mais competitivas no mercado.

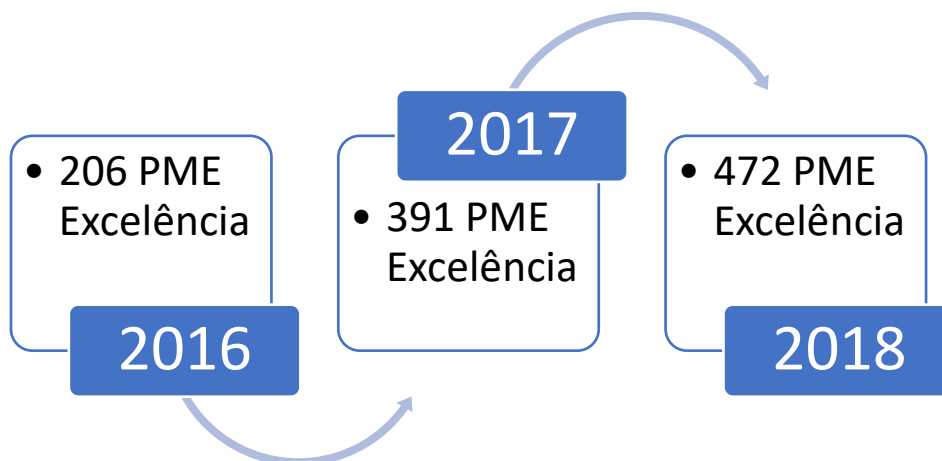


Figura 6: Evolução das PME Excelência reguladas pelo Turismo de Portugal
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI (2019)

4.3.5 PME Excelência – Evolução no distrito do Porto de 2016 a 2018

Antecedendo a análise das PME Excelência que vão ser alvo do caso de estudo, nomeadamente as do distrito do Porto que tenham sido pelo menos nos últimos 3 anos (2016 a 2018) distinguidas, é importante perceber o meio onde elas se encontram inseridas.

No gráfico abaixo, é possível observar a evolução nos últimos 3 anos em relação ao número de empresas distinguidas pelo Turismo de Portugal e pelo IAPMEI.

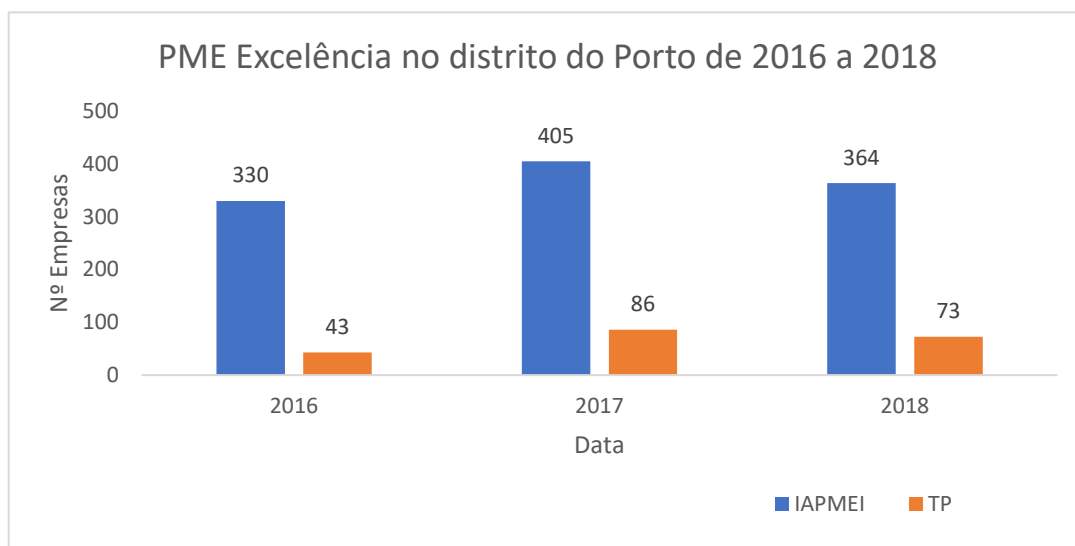


Gráfico 4: Número de PME Excelência de 2016 a 2018 no distrito do Porto
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI (2019)

Após a observação dos distritos com maior número de PME Excelência verificou-se que o Porto tem sido o distrito da região Norte com o maior número de empresas distinguidas, e como essa região foi a que mais empresas viu a serem criadas ao longo dos anos, esse é o motivo que nos leva a considerar a ser a amostra do estudo.

Após perceber quais PME Excelência existem no distrito do Porto no período em apreço (2016-2018) apresenta-se por necessário a realização de uma revisão do estudo de caso, de forma a identificar as empresas que foram distinguidas sucessivamente nestes últimos 3 anos. Como se irá explicar o processo na metodologia de investigação, após um processo de observação e recolha dos 3 anos, constatou-se que no distrito do Porto foram distinguidas sucessivamente 99 empresas, sendo 72 distinguidas pelo IAPMEI e 27 pelo Turismo de Portugal, sendo essa a população que teremos em consideração no estudo.

CAPÍTULO V – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

5 Metodologia de Investigação

5.1 Conceito de Metodologia

De acordo com Araújo (2018) deve ser através da fase metodológica que se estuda, descreve e se explicam os métodos que irão ser aplicados ao longo do trabalho e que consequentemente suportam a garantia da validade, integridade e fidedignidade dos resultados obtidos.

Reinoite afirma que “*a metodologia consiste no estudo dos caminhos, instrumentos, métodos e técnicas utilizados para se fazer uma pesquisa científica, os quais respondem como fazê-la de forma eficiente, de modo a atingir os objetivos. (2014, p.22)*”

A nossa metodologia será com base no conjunto de questões de investigação resultantes da revisão de literatura, que originaram as hipóteses de investigação que pretendemos validar, através da análise dos dados extraídos dos questionários respondidos pelos contabilistas, gestores, sócio/gerentes e administrativos.

De acordo com Fortin (1996) o processo de investigação comporta três fases principais, iniciando na conceptual, seguindo para a metodológica e terminando com a fase empírica.

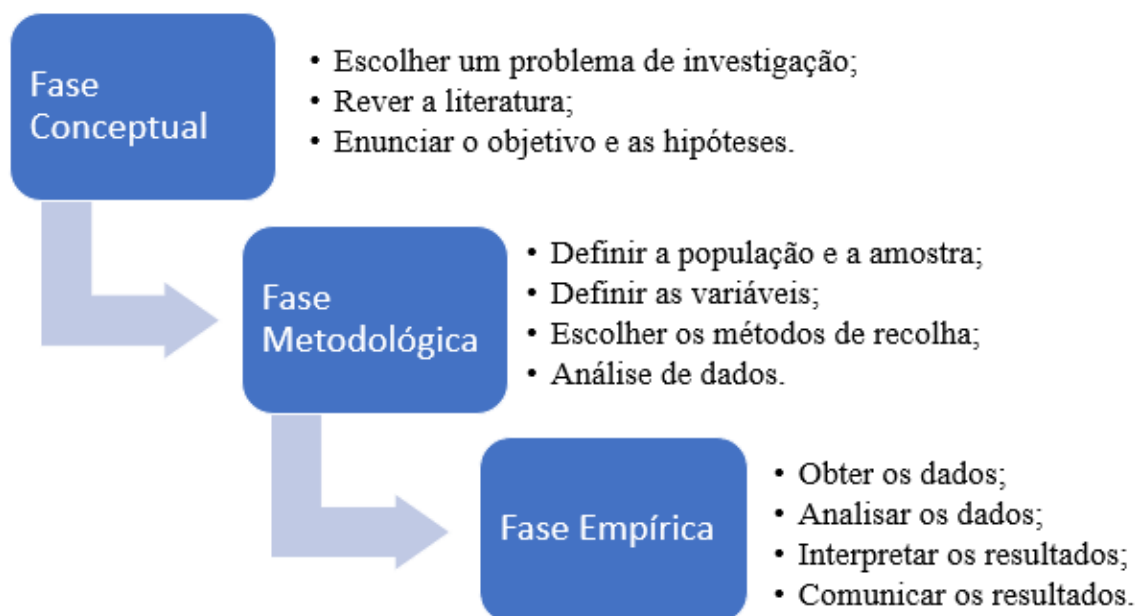
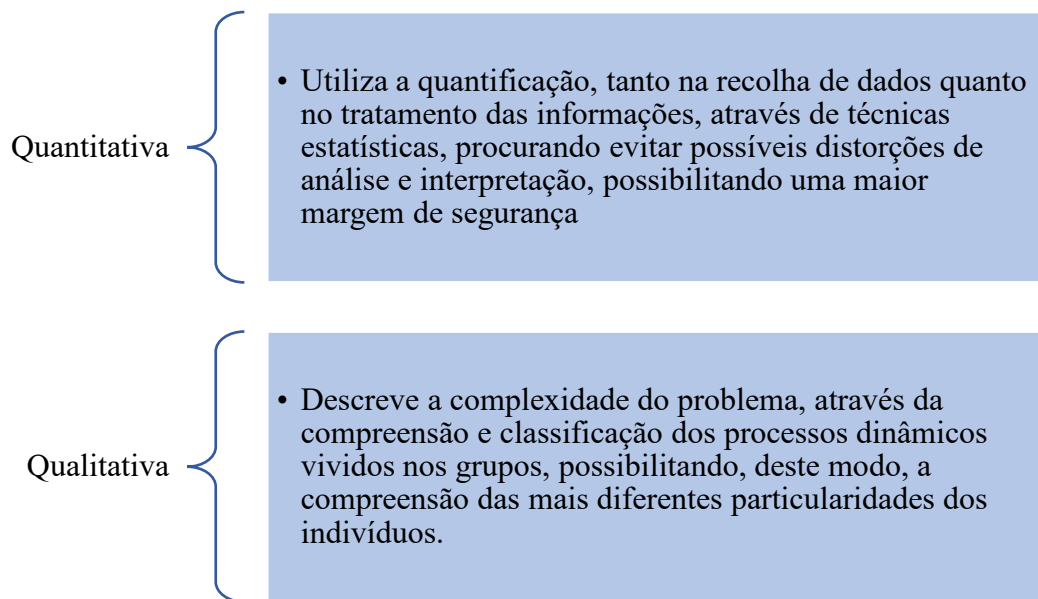


Figura 7: Fases principais do processo de investigação
Fonte: Elaboração própria com base em (Duarte, 2017)

Os vários tipos de problemas de investigação formulados na fase conceptual, exigem igualmente diferentes métodos de investigação, tais como, os métodos quantitativo e qualitativo (Bouça, 2017).

Diehl e Tatim (2004), descreve as duas abordagens do seguinte modo:



Articulando os dois métodos de investigação, qualitativo e quantitativo, temos como resultado o método de investigação misto.

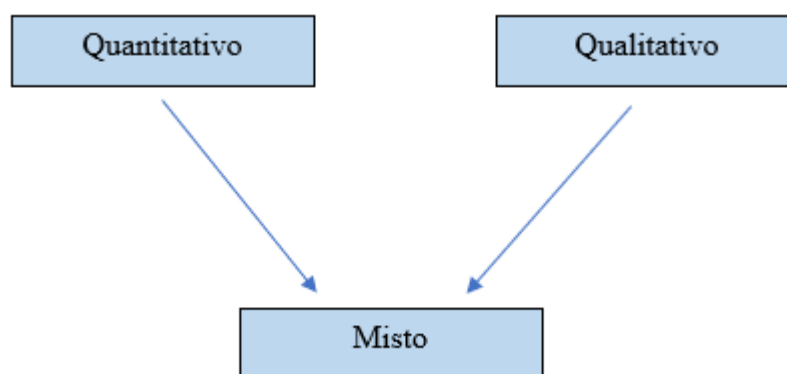


Figura 8: Diferentes tipos de metodologia
Fonte: Elaboração própria com base em Araújo (2018)

De forma a clarificar e melhor perceber as diferenças entre as duas principais metodologias é possível observar as suas principais diferenças desde a amostra até aos resultados de acordo com Bouça (2017).

| | Metodologia qualitativa | Metodologia quantitativa |
|-------------------------|---|--|
| Amostra | Pequeno número de casos não representativos | Grande número de casos representativos |
| Recolha de dados | Não estruturada | Estruturada |
| Análise de dados | Não estatística | Estatística |
| Resultados | Obter uma compreensão mais profunda | Recomendar um curso final de ações |

Tabela 9: Principais diferenças das metodologias

Fonte: Elaborado com base em (Bouça, 2017)

5.2 Metodologia de Investigação Adotada

Tal como anteriormente descrito para o projeto de investigação ser bem conseguido é necessário decidir sobre a melhor metodologia a adotar. Para a recolha de dados de natureza quantitativa, a opção centrou-se na realização de um questionário a empresas que tenham sido PME Excelência, pelo menos, nos últimos três anos consecutivos (2016 a 2018) pertencentes ao distrito do Porto.

Pretendemos através deste método, analisar as respostas dos inquiridos de forma a analisar o grau de envolvimento que o CI e a AI têm nos resultados das empresas, para que consequentemente atinjam os critérios para serem PME Excelência e os consigam manter sucessivamente.

5.3 Problema e Objetivos

“Formular um problema de investigação consiste em elaborar uma questão de investigação através de uma progressão lógica de argumentos e factos relativos à situação problemática”. (Fortin, 1996, p. 70)

Com este estudo pretende-se aferir se o facto de a empresa ser PME Excelência há pelo menos três anos consecutivos se relaciona com o facto de existir um departamento de auditoria interna, SCI definido ou pelo menos serem tidos em conta controlos preventivos e/ou de deteção.

O problema genérico centra-se na identificação dos principais obstáculos que as PME encontram em relação à implementação e manutenção de um controlo interno bem definido e estruturado, podendo esses obstáculos serem pela dificuldade de segregação de funções, ou pela falta de recursos económicos para a implementação dos SCI ou por diversas vezes serem negócios familiares e não haver uma preocupação pelos controlos.

O objetivo em geral passa por analisar se as PME, mesmo com os problemas acima descritos, conseguem implementar e manter um SCI que seja adequado, assim como, perceber se existe uma preocupação com a existência de um departamento de AI que acompanhe e apoie a gestão.

Mais especificamente, pretende-se compreender se as empresas que conseguem ter um SCI implementado, ou que utilizam métodos de controlo interno, acham tais instrumentos necessários para atingirem o estatuto em causa. Deseja-se também perceber se as empresas consideram que pelo facto de terem este estatuto atingem um maior prestígio no mercado de forma a aumentar a confiança dada na mesma.

5.4 População e Amostra

A população deste estudo são as 99 empresas denominadas de PME Excelência, galardoadas pelo menos, nos últimos 3 anos consecutivamente, sendo a amostra de 62. Através da base de dados fornecida pelo IAPMEI, foram seleccionadas as PME Excelência sediadas no Porto nos períodos de 2016 a 2018, tendo sido o passo seguinte verificar que empresas que se encontravam nos 3 anos em simultâneo, obtendo assim a definição da população objeto deste estudo. De seguida os procedimentos adotados para a identificação da amostra, foram pesquisar no website de cada empresa de forma a obter os e-mails dos responsáveis da gestão da empresa. Tendo sido enviado um e-mail para 81 empresas, visto que apenas dessas conseguimos ter acesso ao *mail*, das quais obtivemos 62 respostas.

Assim, a amostra deste estudo de investigação, centra-se nas empresas que responderam ao nosso inquérito, sendo que 16 delas demonstraram vontade de no futuro terem acesso ao

estudo de forma a verificarem qual o comportamento geral das PME Excelência quanto aos procedimentos do CI e AI.

5.5 Procedimentos tidos quanto à elaboração e aplicação do questionário

O questionário realizado é constituído por 27 questões, tendo questões de hipótese “Sim” e “Não” e questões de hipótese, no que se refere a vantagens e limitações e questões de escala a nível de importância e significância. O mesmo foi enviado por *email*, tendo sido elaborada uma descrição do objetivo e o *link* para o formulário do Google para poderem responder e submeter.

O questionário que se encontra no apêndice I divide-se em cinco partes com perguntas fechadas.

As questões formuladas no questionário estão estruturadas da seguinte forma: Secção I – Caracterização do perfil do inquirido; Secção II – Caracterização da empresa; Secção III – Auditoria Interna; Secção IV – A importância do Sistema de Controlo Interno e Secção V – PME Excelência.

Na fase primária do inquérito, a secção I, pretende-se conhecer o perfil do inquirido, através dos seus dados pessoais, como a faixa etária, a sua função na organização, a sua formação académica e o período que desempenha funções na empresa.

Na secção II pretende-se obter informações da caracterização da empresa em questão, nomeadamente que tipo de PME é, o seu setor de atividade e o tempo de funcionamento da mesma.

Na secção III encontram-se questões diretas relativas à Auditoria Interna, avaliando o conhecimento sobre a mesma por parte dos inquiridos, o seu grau de importância, bem como a existência da mesma na organização ou na falta dela quais os principais motivos para tal.

A secção IV debruça-se sobre os SCI, onde se pretende aferir o conhecimento do mesmo, a sua implementação, vantagens, limites à sua implementação, assim como a importância atribuída e o impacto que tem nos resultados da empresa.

Como conclusão do questionário, na Secção V, obtém-se informação sobre o facto da empresa ser PME Excelência, vantagens sobre tal e importância do CI para atingirem os rácios de critérios para certificação.

5.6 Hipóteses de Análise

As hipóteses constituem uma afirmação acerca do valor de um parâmetro ou de relacionamento entre parâmetros, que temos como pressuposto serem verdadeiras. No entanto, pelo facto de estarmos a trabalhar com uma amostra e não com população toda do estudo, quaisquer que sejam a conclusão dos testes, serão sempre baseadas na chamada evidência amostral, naquilo que podemos inferir a partir da amostra que recolhemos.

A intenção desta dissertação é a de “estudar” de que forma a existência de instrumentos, mecanismos e comportamentos associados ao SCI e à Auditoria Interna, contribui ou não para uma gestão eficaz e que seja um suporte fundamental nos valores necessários para a obtenção do estatuto de PME Excelência ao longo dos anos. Foram delineadas as seguintes hipóteses de análise construídas a partir das perguntas de investigação.

| | Questões de investigação | Hipóteses de investigação |
|----|--|--|
| Q1 | As PME consideram que a Auditoria Interna pode acrescentar valor? (Rodrigues, 2013) | H1: As PME Excelência por norma têm consciência da importância da implementação de um SCI e da existência de AI |
| Q2 | Existe preocupação em ter um SCI implementado nas PME? (Costa, 2010) e (Carvalho, 1994) | |
| Q3 | As PME utilizam com rigor controlos de deteção e prevenção? (Carreira, 2013) | |
| Q4 | Mesmo sem terem um SCI implementado, as PME utilizam controlos? (Carvalho, 1994) | |
| Q5 | As PME têm funcionários responsáveis ou departamentos para gerirem e acompanharem os CI? | |
| Q6 | As empresas consideram a AI imprescindível para o sucesso empresarial? (Barreiro, 2007) | H3: A importância dada ao SCI influencia o Sucesso Empresarial, |

| | | |
|----|--|--|
| Q7 | A Auditoria Interna juntamente com a melhoria do controlo interno poderá acrescentar valor à entidade? (Pinheiro, 2013 e Costa, 2010 e Martins, 2015, IIA) | mais concretamente, para se ser PME Excelência. |
| Q8 | O CI contribui para melhores resultados numa PME? (Carvalho, 1994) | |

*Tabela 10: Relação das questões de investigação com as hipóteses
Fonte: Elaboração própria (2019)*

H1: As organizações por norma têm consciência da importância da implementação de um SCI e da existência de AI

A partir das questões levantadas pela revisão da literatura, definimos a primeira hipótese, que se prende com o grau de conhecimento e importância que as organizações têm sobre a AI e o CI, sendo condição necessária para o desenrolar da análise de hipótese, pois sem consciência da importância ou sem noção do que se trata, nunca considerará imprescindível para o sucesso empresarial da PME.

H2: Geralmente as empresas adotam diferentes tipos de controlos de forma a poderem atingir os seus objetivos.

É importante no âmbito deste trabalho aferir após se saber se as empresas têm noção do que trata a AI e os SCI, se os mesmo se encontram implementados e definidos, bem como funcionários e departamento dedicados a essa responsabilidade, ou se na falta de um sistema definido são pelo menos tidos em conta controlos, nomeadamente os preventivos e/ou detetivos de forma a contribuírem para atingirem os seus objetivos, assim como o evitar de fraudes.

H3: A importância dada ao SCI influencia o Sucesso Empresarial, nomeadamente para ser PME Excelência.

Considerando a importância dada ao CI numa empresa que é PME Excelência há pelo menos 3 anos, é necessário perceber se o mesmo a influencia para tal, ou seja, se o sucesso empresarial da empresa alcançado e mantido, é influenciado pelo facto de adotarem métodos de controlo, assim como terem departamentos de Auditoria Interna para apoiar a gestão, ou

se com um SCI implementado. Para consideração deste estudo, entender-se-á como sucesso empresarial, o alcance sucessivo nos últimos 3 anos da classificação de “PME Excelência”.

5.7 Modelo de Análise Adotado

O modelo de análise explica como se vão articular as hipóteses de investigação para poder dar resposta às questões de investigação elaboradas com base na revisão da literatura. Assim sendo, as hipóteses H1, H2 e H3 têm a seguinte articulação:



Figura 9: Modelo de análise adotado
Fonte: Elaboração própria (2019)

A figura representa a relação que se estabelece entre as três hipóteses que constituem o estudo e a forma como se inter-relacionam. As três hipóteses representam diferentes perspetivas de análise: a H1 relaciona o ambiente organizacional das empresas com a familiarização dos conceitos de CI e de AI bem como a importância dada aos mesmos; H2 está relacionada com a perspetiva de as organizações terem SCI definidos, ou na falta deles adotarem controlos de forma a evitarem fraudes e a otimizarem os seus processos e H3 relaciona o CI com o sucesso empresarial atingido, neste caso traduzido na certificação de PME Excelência ao longo de 3 anos.

Decidiu-se optar por um valor de 1/3 para cada uma das hipóteses de análise. Assim sendo, após se obter a validação das hipóteses construídas, a conclusão resultará da seguinte equação: $R = 1/3 H1 + 1/3 H2 + 1/3 H3$

Antes de partirmos para a validação das Hipóteses 2 e 3 é necessário validar primeiramente a Hipótese 1.

H1: As organizações por norma têm consciência da importância da implementação de um SCI e da existência de AI.

Esta hipótese reflete o grau de conhecimento e importância que as organizações dão sobre a Auditoria Interna e o Controlo Interno. Esta análise permitirá saber se as organizações têm noção da existência dos mesmos, portanto é fundamental validar primeiramente esta hipótese, uma vez que para analisar a importância dada aos SCI e à AI para o sucesso empresarial é fundamental perceber se as organizações têm noção dos conceitos dos mesmos, de forma a que possamos saber se os inquiridos responderam no desenrolar do questionário de uma forma consciente. Se não houver consciência da importância da implementação ou a simples noção de conceito é claro que não serão adotados tipos de controlo, bem como o CI e a AI não serão imprescindíveis para o sucesso empresarial alcançado, neste caso em concreto com o certificado PME Excelência há pelo menos 3 anos

H2: Geralmente as empresas adotam diferentes tipos de controlos de forma a poderem atingir os seus objetivos.

Seguidamente a validar a H1, sabendo as organizações do que se tratam os conceitos, bem como a importância dada aos mesmos, é importante agora aferir se as empresas os utilizam de certa forma, tal como possuir um Sistema de Controlo Interno definido, bem como funcionários responsáveis afetos, existir um departamento de Auditoria Interna, ou se na falta dos mesmos sistemas são tidos em conta diferentes controlos.

H3: A importância dada ao SCI influencia o Sucesso Empresarial, nomeadamente para ser PME Excelência.

Pretende-se validar esta hipótese na sequência das anteriores, uma vez que esta depende do facto das organizações saberem o que é o Controlo Interno (H1) e das mesmas utilizarem os controlos e terem implementados sistemas (H2), no sentido de se poder aferir se o facto de serem PME Excelência há pelo menos 3 anos consecutivos representa para estas, um valor acrescentado, e, por isso, a importância que as empresas direccionam para o controlo interno o foco para a obtenção do sucesso pretendido.

CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

6 Apresentação dos dados

6.1 Estatística descritiva do inquirido e das organizações

No presente capítulo pretende-se dar a conhecer os resultados obtidos em função de toda a informação tratada e analisada pelo questionário feito. A sua aplicação incide como referido sobre uma amostra de 62 PME Excelência, sendo ele composto por questões diversificadas sobre o tema em análise.

A apresentação dos resultados será elaborada em três partes, a saber:

1º - Análise do perfil dos inquiridos e das empresas;

2º – Enquadramento dos resultados obtidos nas hipóteses de análise;

3º – Análise das questões que estão fora do âmbito de validação das hipóteses.

Para o tratamento e análise dos dados obtidos recorreu-se à utilização do programa de análise SPSS, versão 22.

6.1.1 Análise do perfil dos inquiridos e das empresas

Dos 62 inquiridos, a maioria apresenta ter idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos, sendo que 20 se encontram na faixa etária dos 30-40 e 21 dos inquiridos na dos 40-50. Ainda, 9 dos inquiridos têm idade inferior aos 30 anos de idade, assim como responderam também 9 com idades compreendidas entre os 50 e os 60 anos, sendo que os restantes 3 têm idade superior a 60 anos de idade. A moda de idades centra-se na faixa etária 40-50 anos de idade.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 18 - 30 anos | 9 | 14,5 | 14,5 | 14,5 |
| | 30 - 40 anos | 20 | 32,3 | 32,3 | 46,8 |
| | 40 - 50 anos | 21 | 33,9 | 33,9 | 80,6 |
| | 50 - 60 anos | 9 | 14,5 | 14,5 | 95,2 |
| | > 60 anos | 3 | 4,8 | 4,8 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 11: Faixa Etária dos inquiridos
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)

Relativamente às funções desempenhadas pelos inquiridos, apenas 4 não são, nem Gestores, nem Contabilistas, nem sócio/gerentes nem administrativos. A moda, neste caso centra-se na função de Gestor, sendo esta a função desempenhada por 23 dos 62 inquiridos, correspondendo a cerca de 37% da amostra, quanto a sócio/gerentes temos presentes 15, sendo que contabilistas e administrativos são 8 e 12 inquiridos, respetivamente. Quanto à resposta “outra” encontram-se 4 inquiridos como mencionados, sendo que 2 desempenham funções na área de marketing, de engenharia e de comunicação.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Gestor | 23 | 37,1 | 37,1 | 37,1 |
| | Sócio/Gerente | 15 | 24,2 | 24,2 | 61,3 |
| | Contabilista | 8 | 12,9 | 12,9 | 74,2 |
| | Administrativo | 12 | 19,4 | 19,4 | 93,5 |
| | Outra | 4 | 6,5 | 6,5 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 12: Funções desempenhadas pelos inquiridos
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS, 2019*

Em relação ao tempo de funções que desempenham nas organizações em questão, como resultados observamos que 10 inquiridos se encontram a exercer a respetiva função há menos de 5 anos, 18 exercem entre 5 e 10 anos, 22 exercem funções naquela empresa entre 10 a 20 anos, representando assim cerca de 35% da amostra total. De salientar que existem 12 inquiridos que exercem funções nas respetivas empresas há mais de 20 anos. A moda neste caso assenta no facto de os inquiridos se encontrarem em funções num período compreendido entre os 10 e 20 anos.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | <5 anos | 10 | 16,1 | 16,1 | 16,1 |
| | 5 - 10 anos | 18 | 29,0 | 29,0 | 45,2 |
| | 10 - 20 anos | 22 | 35,5 | 35,5 | 80,6 |
| | > 20 anos | 12 | 19,4 | 19,4 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 13: Tempo de exercício de funções na empresa
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

Ainda relativamente ao perfil do inquirido, pretendeu-se perceber o grau académico que os mesmos detinham tendo sido verificado, que a detenção de Licenciatura abrange 29 dos 62 inquiridos, ou seja, cerca de 47% da amostra. Sendo este o grau académico predominante, enquanto que 8 têm o Bacharelato, 11 possuem mestrado e 14 inquiridos têm habilitações literárias até ao 12º ano de escolaridade.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Até ao 12º ano | 14 | 22,6 | 22,6 | 22,6 |
| | Bacharelato | 8 | 12,9 | 12,9 | 35,5 |
| | Licenciatura | 29 | 46,8 | 46,8 | 82,3 |
| | Mestrado | 11 | 17,7 | 17,7 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 14: Habilitações literárias dos inquiridos
Fonte: Elaboração própria com base nos layouts do SPSS (2019)

Iniciando a caracterização das PME Excelência que fazem parte da amostra pretendeu-se saber em que tipo de PME se inserem. A partir das respostas dos inquiridos foi possível verificar que das 62 empresas, apenas 1 é microempresa, 29 são pequenas empresas e as restantes 32 são médias empresas.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Microempresa | 1 | 1,6 | 1,6 | 1,6 |
| | Pequena Empresa | 29 | 46,8 | 46,8 | 48,4 |
| | Média Empresa | 32 | 51,6 | 51,6 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 15: Dimensão da empresa
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS, 2019

Quanto ao setor de atividade das empresas, como é possível observar no gráfico abaixo, o mais frequente, com uma percentagem de cerca de 40%, é o da Indústria, sendo 25 empresas pertencentes a esse setor, quanto ao setor do comércio encontram-se cerca de 25% da amostra, perfazendo assim 15 empresas. Das restantes empresas, 8 pertencem ao setor dos serviços, 7 inserem-se no ramo da construção, 6 ao setor do turismo e 1 relaciona-se com o setor transportes.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Construção | 7 | 11,3 | 11,3 | 11,3 |
| | Indústria | 25 | 40,3 | 40,3 | 51,6 |
| | Comércio | 15 | 24,2 | 24,2 | 75,8 |
| | Transportes | 1 | 1,6 | 1,6 | 77,4 |
| | Turismo | 6 | 9,7 | 9,7 | 87,1 |
| | Serviços | 8 | 12,9 | 12,9 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 16: Setor de atividade das empresas
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

De forma a obter uma efetiva caracterização das empresas em análise questionou-se sobre os anos de atividade que as mesmas têm, sendo que nenhuma delas tem menos de 5 anos de existência. A maioria das empresas, cerca de 65%, encontra-se no mercado nacional há mais de 20 anos, perfazendo assim 40 das 62 empresas, 14 existem entre os 15-20 anos, 5 foram fundadas entre os 10-15 anos e apenas 3 há menos de 10 anos.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 5 - 10 anos | 3 | 4,8 | 4,8 | 4,8 |
| | 10 - 15 anos | 5 | 8,1 | 8,1 | 12,9 |
| | 15 - 20 anos | 14 | 22,6 | 22,6 | 35,5 |
| | > 20 anos | 40 | 64,5 | 64,5 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 17: Tempo de existência das empresas
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

6.1.2 Enquadramento dos resultados nas hipóteses de análise

Posteriormente à recolha de dados apresenta-se a análise e interpretação da informação obtida. A análise dos dados tem como objetivo organizar e sistematizar os dados obtidos de forma a possibilitar respostas ao problema definido na investigação (Gil, 1999).

De acordo com Vieira (2015) o coeficiente alfa de Cronbach é atualmente a estatística mais comumente utilizada para medir a consistência de um questionário, tendo sido desenvolvido em 1951, por Lee J. Cronbach. Este indicador tem como objetivo a medição

da consistência interna de um teste ou uma escala, determinando o limite inferior da consistência interna de um grupo de variáveis ou itens, o mesmo corresponderá à correlação que se espera obter entre a escala usada e outras escalas hipotéticas, do mesmo universo e com igual número de itens utilizados para medir a mesma característica.

Citando Maroco e Garcia-Marques

“O índice α estima quão uniformemente os itens contribuem para a soma não ponderada do instrumento, variando numa escala de 0 a 1. Esta propriedade é conhecida por consistência interna da escala, e assim, o α pode ser interpretado como coeficiente médio de todas as estimativas de consistência interna que se obteriam se todas as divisões possíveis da escala fossem feitas (2006, p.73).”

Para os autores o valor mínimo aceitável para o α é 0,70, abaixo desse valor a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa. Em contrapartida, o valor máximo esperado é 0,90, sendo que acima deste valor, pode-se considerar que há redundância ou duplicação, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um construto; portanto, os itens redundantes devem ser eliminados, sendo aceite na generalidade que os valores de alfa entre 0,80 e 0,90 são preferidos.

Para calcular o valor do Alfa de Cronbach de forma a analisar a consistência interna dos fatores é condição necessária que as variáveis estejam categorizadas da mesma forma, o que em alguns casos corresponderá à aplicação da mesma escala de Likert, sendo de excluir as variáveis de justificação.

No nosso caso avaliámos as 9 questões de resposta “Sim”, “Não” e “Não sei” e 1 questão com escala de “Muita Importância”, “Alguma Importância”, “Pouca Importância” e “Nenhuma Importância”.

- “Sim” assumiu o valor 1;
- “Não” assumiu o valor 2;
- “Não Sei” assumiu o valor 3;
- “Muita importância” assumiu o valor 1;
- “Nenhuma/Pouca/Alguma importância” assumiu o valor 2.

| | | N | % |
|-------|------------------------|----|-------|
| Casos | Válido | 62 | 100,0 |
| | Excluídos ^a | 0 | ,0 |
| | Total | 62 | 100,0 |

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estadísticas de confiabilidade

| Alfa de Cronbach | N de itens |
|------------------|------------|
| ,817 | 10 |

Tabela 18: Alfa de Cronbach

Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)

Da análise para as questões em causa, obteve-se um alfa de Cronbach de 0,817 representando este valor um elevado grau de consistência do instrumento utilizado.

Inicia-se agora a análise das respostas dadas às questões do questionário que servirão para validar as três hipóteses de investigação elaboradas para o estudo. No início de cada hipótese estará o modelo de relação entre as mesmas, com as questões de investigação e as do questionário.

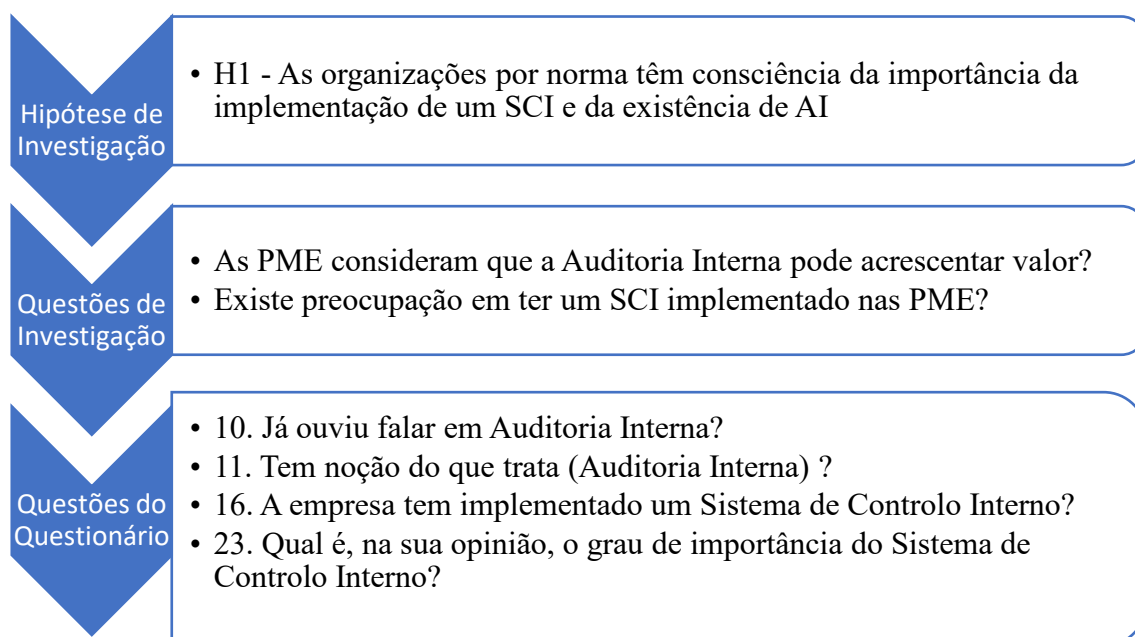


Figura 10: Relação entre a Hipótese 1 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado

Fonte: Elaboração própria (2019)

No que se refere à questão nº10 “Já ouviu falar em Auditoria Interna?” foi possível observar uma resposta majoritariamente afirmativa, mais concretamente em 98,4% da amostra total, sendo que apenas 1 empresa nega já ter ouvido falar em Auditoria Interna.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 61 | 98,4 | 98,4 | 98,4 |
| | Não | 1 | 1,6 | 1,6 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 19: Empresas que conhecem Auditoria Interna
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)

À questão seguinte “Tem noção do que se trata?” 59 dos 62 inquiridos responderam afirmativamente, sendo que apenas 3 organizações não têm noção do que se trata.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 59 | 95,2 | 95,2 | 95,2 |
| | Não | 3 | 4,8 | 4,8 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 20: Empresas que têm noção de Auditoria Interna
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)

Relacionando as duas questões anteriores podemos verificar que dos 61 inquiridos já ouviram falar em AI, apenas 2 não sabem do que trata o assunto, ou seja, cerca de 3,28%, sendo que 96,72% das 61 empresas já ouviu falar e tem noção do que se trata.

Para além de obter a noção que existe Auditoria Interna, é importante aferir o grau de importância atribuído ao Controlo Interno, bem como analisar o panorama das PME Excelência em relação à implementação de SCI sendo estes factos, o ponto de partida da análise e posterior validação da H2.

Assim, e no que concerne à implementação do SCI nas empresas, pode constatar-se que mais de metade das PME Excelência já têm um sistema de controlo implementado, correspondendo a 53% da amostra, sendo que 24 empresas ainda não possuem um sistema definido.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Sim | 33 | 53,2 | 53,2 | 53,2 |
| | Não | 24 | 38,7 | 38,7 | 91,9 |
| | Não Sei | 5 | 8,1 | 8,1 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 21: Empresas com um SCI implementado
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)

Apesar de haver empresas sem SCI implementados torna-se importante analisar, no enquadramento desta mesma hipótese, qual a importância dos mesmos para a generalidade das empresas que constituem a amostra em estudo. De forma a poder aferir a importância dada ao controlo interno, as empresas foram questionadas em relação a tal, tendo 4 hipóteses de escolha “Muita importância”, “Alguma importância”, “Pouca importância” e “Nenhuma importância.”

Pode constatar-se que 40 empresas, correspondendo a cerca de 65% da amostra total, consideraram a hipótese “Muita importância”, sendo que cerca de 32% alegam ter “Alguma importância”, havendo 1 empresa que estabelece o SCI como tendo “Pouca importância” no seio de uma empresa. De ressaltar que não houve nenhuma resposta na hipótese “Nenhuma importância”, a moda desta resposta é efetivamente a hipótese “Muita importância”.

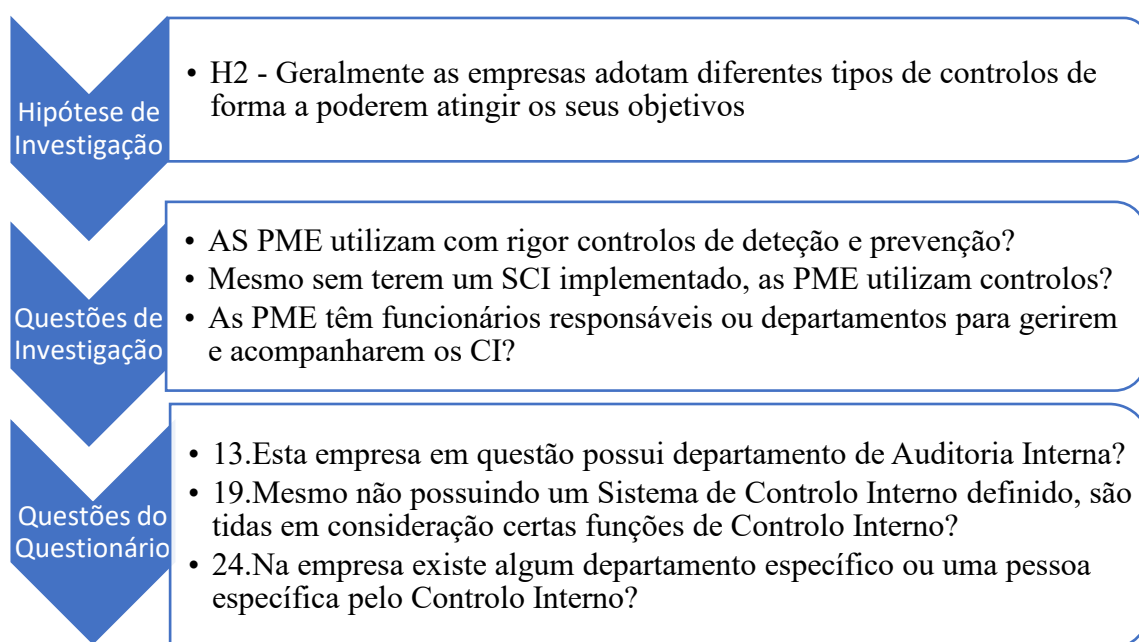
| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Pouca importância | 1 | 1,6 | 1,6 | 1,6 |
| | Alguma importância | 21 | 33,9 | 33,9 | 35,5 |
| | Muita importância | 40 | 64,5 | 64,5 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 22: Importância dada ao SCI pelas empresas
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)

Assim sendo relativamente à hipótese 1 ela é validada em 77,42% como podemos ver na tabela abaixo, ficando de facto confirmado que as PME Excelência têm noção do que é a Auditoria Interna, assim como têm noção da importância dos SCI.

| Hipótese | Questões do Questionário | Respostas favoráveis | Média de Respostas favoráveis | Total da amostra | % Hipóteses |
|-----------|---|----------------------|-------------------------------|------------------|--------------|
| H1 | 10. Já ouviu falar de Auditoria Interna? | 61 | Aprox. 48 | 62 | 77,42 |
| | 11. Tem noção do que se trata? | 59 | | | |
| | 16. A empresa tem implementado um Sistema de Controlo Interno? | 33 | | | |
| | 23. Qual é, na sua opinião, o grau de importância do Sistema de Controlo Interno? | 40 | | | |

*Tabela 23: Validação da Hipótese 1
Fonte: Elaboração própria (2019)*



*Figura 11: Relação entre a Hipótese 2 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado
Fonte: Elaboração própria (2019)*

Após a validação da H1, que consistiu em perceber o grau de familiarização das empresas com o conceito em estudo, nesta presente hipótese pretende-se verificar se as empresas

possuem um SCI definido, ou que na falta dele, adotam diferentes tipos de controles de forma a acrescentarem valor à organização. Como abordado na revisão, por vezes ter um SCI implementado não chega para contribuir na obtenção dos objetivos nem por vezes evitar fraudes, mas é uma linha de segurança que as empresas têm (Carvalho, 1994).

De forma a aferir da importância e rigor dados ao controlo interno foi elaborada a seguinte questão “Na empresa existe algum departamento específico ou uma pessoa específica pelo Controlo Interno?”. Sobre essa questão podemos observar que 27 empresas já possuem um departamento e/ou funcionário específico, servindo para a manutenção dos sistemas bem como os ajustes necessários para a obtenção dos objetivos estabelecidos, enquanto que 35 empresas não possuem departamento específico ou um funcionário exclusivamente direcionado para tal.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 27 | 43,5 | 43,5 | 43,5 |
| | Não | 35 | 56,5 | 56,5 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 24: Existência de departamento ou funcionário responsável pelo Controlo Interno
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

De forma a verificar a hipótese, é importante observar se mesmo na falta de um SCI implementado na organização, as empresas adotam controles, podendo eles serem preventivos e/ou de deteção. Esta questão em análise é direcionada para as empresas que mencionaram não terem, ou não saberem, quanto à implementação de um SCI. A questão “Mesmo não possuindo um Sistema de Controlo Interno definido, são tidas em consideração certas funções de Controlo Interno?”. A esmagadora maioria das respostas foi afirmativa, sendo que apenas 1 dos inquiridos considera que a empresa não tem em consideração as funções do Controlo Interno na sua atividade.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | Sim | 32 | 97 | 97 | 97 |
| | Não | 1 | 3 | 3 | 100,0 |
| | Total | 33 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 25: Empresas que adotam tipos de Controlo Interno
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

De forma a concluir a análise desta hipótese foi questionada se a empresa em questão possui um departamento de Auditoria Interna, onde 22 inquiridos responderam “Sim” e os restantes 40 negaram a existência do departamento em causa.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 22 | 35,5 | 35,5 | 35,5 |
| | Não | 40 | 64,5 | 64,5 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 26: Empresas com departamento de Auditoria Interna
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

Finalizando esta hipótese, como os dados apresentados na tabela acima, verifica-se que a hipótese 2 é validada em 58,60%. De salientar que, o total da amostra nesta hipótese é de 62 empresas para as questões nºs 13 e 24 e de um global de 33 empresas para a questão nº 19 devido ao facto desta mesma ter sido direccionada para um grupo de empresas que não possuía SCI, por este facto, foi calculado o valor separadamente o valor percentual de cada questão para posteriormente se obter o valor total da validação da hipótese.

| Hipótese | Questões do Questionário | Respostas favoráveis | Total da amostra | % Hipótese |
|-----------|--|----------------------|------------------|---------------|
| H2 | 24. Na empresa existe algum departamento específico ou uma pessoa específica pelo Controlo Interno? | 27 | 62 | 14,5 |
| | 19. Mesmo não possuindo um Sistema de Controlo Interno definido, são tidas em consideração certas funções de Controlo Interno? | 32 | 33 | 32,3 |
| | 13. Esta empresa em questão possui departamento de Auditoria Interna? | 22 | 62 | 11,8 |
| | | | | 58,60% |

*Tabela 27: Validação da Hipótese 2
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

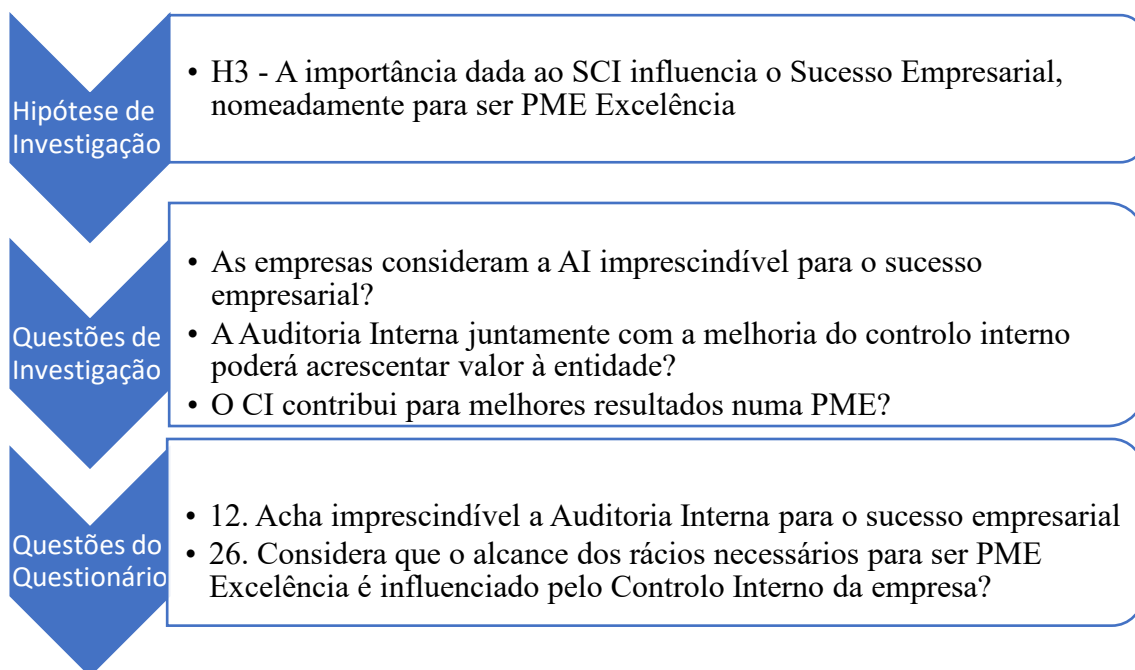


Figura 12: Relação entre as Hipótese 3 e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado
 Fonte: Elaboração própria (2019)

Esta última hipótese em estudo associa a importância dada ao CI e a AI, ao facto de serem obtidos resultados favoráveis, que neste caso em estudo, se traduz em serem PME Excelência.

A validação desta hipótese vem no seguimento da validação de H1 e H2, conforme apresentado no modelo de análise adotado, sendo que o Controlo Interno apenas será objeto de contemplação para a obtenção do sucesso da empresa, se estas o conhecerem e o adotarem.

Referindo-se ao Controlo Interno analisou-se a questão elaborada “Acha imprescindível para o sucesso empresarial?”, a existência do controlo interno, 50 dos inquiridos responderam de forma afirmativa, representando assim cerca de 81% da amostra total, tendo em contrapartida respondido apenas por 12 empresas que não achavam imprescindível para o sucesso empresarial.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 50 | 80,6 | 80,6 | 80,6 |
| | Não | 12 | 19,4 | 19,4 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

Tabela 28: Empresas que consideram o CI imprescindível para o sucesso empresarial
 Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)

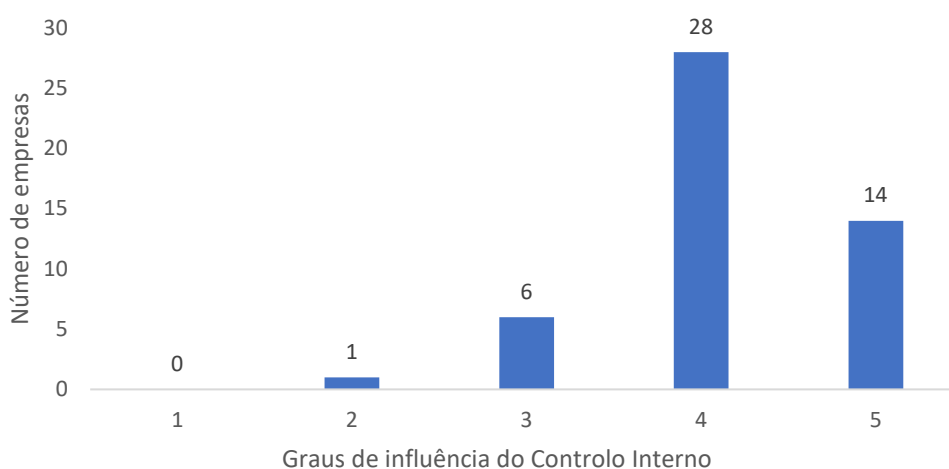
A questão do inquérito “Considera que o alcance dos rácios necessários para ser PME Excelência é influenciado pelo Controlo Interno da empresa?” foi elaborado tendo como finalidade testar melhor esta hipótese, devido à sua objetividade. 47 empresas consideram que os alcances dos critérios de seleção para PME Excelência são influenciados pelo Controlo Interno e 15 consideram que não.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 47 | 75,8 | 75,8 | 75,8 |
| | Não | 15 | 24,2 | 24,2 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 29: Empresas que consideram que os rácios são influenciados pelo CI da empresa
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

Aos inquiridos que responderam afirmativamente à questão anterior, foi solicitado que quantificassem a influência, com a questão nº 27 do questionário, dando a opção em escala numérica de 1 a 5, sendo que à medida que se aumenta de 1 para 5, também aumenta a influência exercida pelo CI.

Por engano dos inquiridos deveríamos ter obtido apenas 47 respostas como explicado acima, contudo responderam 49 sendo que não é uma diferença relevante para a análise em causa. Ficou mostrado que nenhuma empresa considera que seja pouco influente, tendo-se obtido como mostra o gráfico abaixo, 1 resposta para um nível de influência de nível 2, 6 empresas consideram uma influência de nível 3, tendo a maioria atribuído um nível de significância ao CI de nível 4, sendo que as restantes 14 respostas atribuíram um nível 5.



*Gráfico 5: Influência do Controlo Interno nos resultados
Fonte: Elaboração própria (2019)*

Posto isto, considera-se que a hipótese 3 é validada em 74,2%, relativamente ao facto de o Controlo Interno ser uma forte influência no alcance do sucesso empresarial e que, como consequência deste mesmo sucesso, a empresa consegue cumprir com os critérios de seleção para ser classificada de PME Excelência.

| Hipótese | Questões do Questionário | Respostas favoráveis | Média de respostas favoráveis | Total da amostra | % Hipótese |
|-----------|---|----------------------|-------------------------------|------------------|------------|
| H3 | 12. Acha imprescindível a Auditoria Interna para o sucesso empresarial? | 50 | 46 | 62 | 74,20% |
| | 26. Considera que o alcance dos rácios necessários para ser PME Excelência é influenciado pelo Controlo Interno da empresa? | 42 | | | |

*Tabela 30: Validação da Hipótese 3
Fonte: Elaboração própria (2019)*

6.1.3 Análise das questões fora do âmbito de validação das hipóteses

Serve este ponto para analisar como o título indica, questões que estão fora do âmbito de validação de hipótese, mas que são de informação útil e relevante no estudo da AI e do CI nas PME Excelência.

Às empresas que no questionário responderam que não possuíam departamento de Auditoria Interna, foi questionado o motivo para a falta de tal, tendo sido apresentadas diversas opções para escolha descritas na tabela abaixo. Das 40 respostas obtidas verifica-se que a opção com maior percentagem de escolha foi a de decisão da gerência, com 22 respostas, 8 empresas consideram que a limitação de recursos financeiros é a principal causa para não terem um departamento de Auditoria Interna, o facto de existirem falta de meios técnicos/humanos foi a escolha de 6 empresas, enquanto que 1 empresa não tem implementado devido à falta de

conhecimento. Quanto às respostas obtidas na opção “Outra”, 2 empresas definem que ao terem Auditoria Externa não tem AI e a última é por ter departamento de Qualidade.

| Opções dadas para resposta | Nº de respostas | % de respostas |
|-----------------------------------|-----------------|----------------|
| Decisão da gerência | 22 | 55% |
| Limitação de recursos financeiros | 8 | 20% |
| Falta de meios técnicos/humanos | 6 | 15% |
| Desconhecimento | 1 | 2,5% |
| Outra | 3 | 7,5% |
| TOTAL | 40 | 100% |

Tabela 31: Motivos para falta de Auditoria Interna nas empresas
Fonte: Elaboração própria (2019)

Foi adotado o mesmo procedimento que foi utilizado para a Auditoria Interna, para as causas que motivam a não existência de um SCI nas empresas. Observando as respostas dadas, a mais frequente, tal como em relação à Auditoria Interna, prende-se com o facto de ser decisão da gerência correspondendo a 58% da totalidade, sendo que para 6 empresas é a limitação de recursos financeiros, 3 consideram ser a falta de meios técnicos/ humanos e 2 é o desconhecimento.

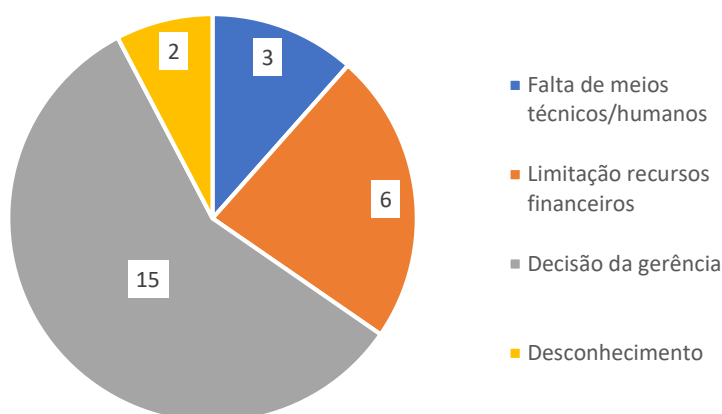


Gráfico 6: Motivos para a falta de SCI nas empresas
Fonte: Elaboração própria (2019)

Questionados os inquiridos com a pergunta “Na sua opinião, qual é a maior dificuldade para a existência de um SCI?”, observando a tabela abaixo conclui-se que aproximadamente em

três quartos da amostra as principais dificuldades residem na relação ao custo/benefício, à dimensão da empresa e a falta de meios técnicos/humanos. 11 dos 62 inquiridos afirmam não existir qualquer dificuldade de maior na implementação do mesmo, sendo que apenas 5 consideram que seja devido ao facto do desconhecimento dos sistemas.

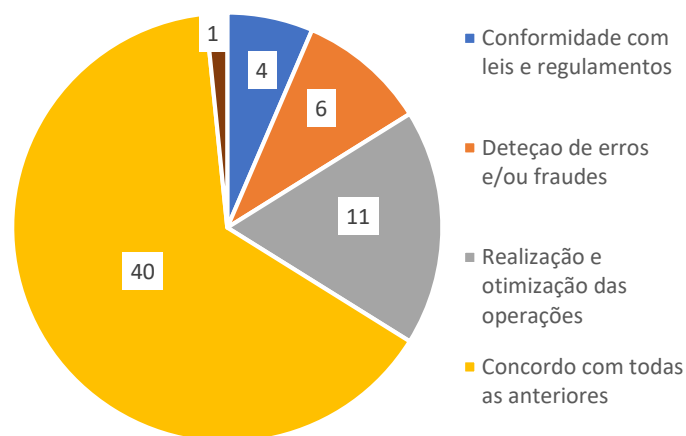


Gráfico 7: Vantagens apresentadas do SCI
Fonte: Elaboração própria (2019)

Questionados os inquiridos com a questão nº 21 “Na sua opinião qual é a principal vantagem do SCI?” a maioria dos inquiridos, 65%, concorda com as afirmações seleccionadas quanto às principais vantagens do SCI, 11 considera que a realização e otimização das operações, seis afirmam ser a detecção de erros e/ou fraudes, apenas 4 consideram a conformidade com leis e regulamentos e 1 não considera nenhuma vantagem.

| Hipóteses de resposta apresentada | Nº de respostas | % |
|-----------------------------------|-----------------|------|
| Relação custo/benefício | 16 | 25,8 |
| Dimensão da empresa | 15 | 24,2 |
| Falta de meios técnicos/humanos | 14 | 22,6 |
| Não existe qualquer dificuldade | 11 | 17,7 |
| Desconhecimento sobre o assunto | 5 | 8,1 |
| Não concordo com nenhuma hipótese | 1 | 1,6 |

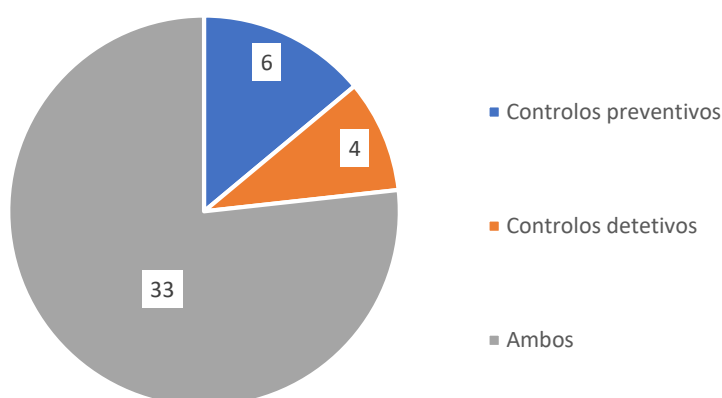
Tabela 32: Dificuldades apresentadas para a implementação de um SCI
Fonte: Elaboração própria (2019)

Presente na última secção do questionário, relacionada com a PME Excelência a questão nº26 debruça-se sobre a importância da certificação com “Considera que pelo facto de a empresa ser PME Excelência faz com que tenha mais credibilidade no mercado?”, onde 95% consideram que sim.

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 59 | 95,2 | 95,2 | 95,2 |
| | Não | 3 | 4,8 | 4,8 | 100,0 |
| | Total | 62 | 100,0 | 100,0 | |

*Tabela 33: Credibilidade das PME Excelência no mercado
Fonte: Elaboração própria com base no layout do SPSS (2019)*

Para as empresas que afirmaram ter em consideração os controlos, foi solicitado que seleccionassem os tipos de controlos utilizados, se eram de deteção, preventivos ou ambos. 33 dos 43 inquiridos afirmam que a empresa adota ambos os controlos, 6 utilizam apenas preventivos e 4 de deteção.



*Gráfico 8: Controlos utilizados pelas empresas
Fonte: Elaboração própria (2019)*

De forma a complementar o estudo das hipóteses optou-se pela utilização do teste ao coeficiente de correlação de Pearson. Este é um teste não paramétrico e aplica-se quando se pretende testar a relação entre variáveis, quando as variáveis são passíveis de tratamento quantitativo, neste caso as respostas assumem valores numéricos (“Sim” = 1 e “Não” =2) e assumindo que as variáveis são normalmente distribuídas, pelo Teorema do Limite Central. Assim, quanto mais próximo de 1 (ou de -1) for o coeficiente, maior será a correlação entre os itens.

| | |
|----------------------|-------------------|
| $r = 1$ | Perfeita positiva |
| $0.8 \leq r < 1$ | Forte positiva |
| $0.5 \leq r < 0.8$ | Moderada positiva |
| $0.1 \leq r < 0.5$ | Fraca positiva |
| $0 < r < 0.1$ | Ínfima positiva |
| 0 | Nulo |
| $-0.1 < r < 0$ | Ínfima negativa |
| $-0.5 < r \leq -0.1$ | Fraca negativa |
| $-0.8 < r \leq -0.5$ | Moderada negativa |
| $-1 < r \leq -0.8$ | Forte negativa |
| $r = -1$ | Perfeita negativa |

Tabela 34: Coeficiente de Correlação de Pearson
Fonte: Ramalho (2018)

Para testar a hipótese 1 foram analisadas algumas questões do questionário (Relação das Hipóteses de Estudo vs Questões de Investigação vs Questionário). Analisando os resultados obtidos, para um nível de significância de 0,05 e também de 0,01 existem evidências estatísticas para se afirmar que há relação entre as questões. A Tabela nº 35 apresenta a matriz de correlações entre os itens “Já ouviu falar de AI?” (Q10), “Tem noção do que trata a AI?” (Q11), “Esta empresa possui um SCI implementado?” (Q16) e “Qual a importância atribuída ao SCI?” (Q23).

Hipótese 1 - As organizações por norma têm consciência da importância da implementação de um SCI e da existência de AI.

| Hipótese 1 | Q10 | Q11 | Q16 | Q23 |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Q10 Correlação de Pearson | 1 | ,568** | ,291* | 0,173 |
| Sig. (2 extremidades) | | 0,000 | 0,022 | 0,180 |
| N | 62 | 62 | 62 | 62 |
| Q11 Correlação de Pearson | ,568** | 1 | ,277* | ,304* |
| Sig. (2 extremidades) | 0,000 | | 0,029 | 0,016 |
| N | 62 | 62 | 62 | 62 |
| Q16 Correlação de Pearson | ,291* | ,277* | 1 | ,471** |
| Sig. (2 extremidades) | 0,022 | 0,029 | | 0,000 |
| N | 62 | 62 | 62 | 62 |
| Q23 Correlação de Pearson | 0,173 | ,304* | ,471** | 1 |
| Sig. (2 extremidades) | 0,180 | 0,016 | 0,000 | |
| N | 62 | 62 | 62 | 62 |

* se significativo para um nível de significância de 0,05;

** se significativo para um nível de significância de 0,01.

Tabela 35: Coeficientes de correlação de Pearson entre os itens da Hipótese 1
Fonte: Elaboração própria (2019)

Efetivamente, verifica-se que nas PME Excelência existe uma relação direta e moderada entre “já terem ouvido falar em Auditoria Interna” e “terem noção do que se trata”, visto que o coeficiente é 0,568 para um nível de significância de 0,01, ou seja, podemos afirmar que quanto maior o número de PME Excelência que já ouviram falar em Auditoria Interna maior é a propensão para terem noção do que se trata. Apuramos ainda que existe uma relação direta e fraca, mas que os valores estão muito próximo da moderada, 0,471 para um nível de significância de 0,01, entre as empresas que têm um SCI implementado com a importância dada ao SCI, podendo ainda assim afirmar que quanto maior o número de PME Excelência com SCI implementado maior será a importância dada ao mesmo. Concluindo, as PME Excelência têm consciência da importância da implementação de um SCI e da existência de AI.

Para se poder testar a hipótese 2 foram igualmente analisadas algumas questões do questionário que vão de encontro às questões de investigação (Relação das Hipóteses de Estudo vs Questões de Investigação vs Questionário). Analisando os resultados obtidos, para um nível de significância de 0,05 e também de 0,01 existem evidências estatísticas para se afirmar que há relação entre as questões. A Tabela apresenta a matriz de correlações entre os itens: possuir departamento de Auditoria (Q13), adotar certas funções do controlo interno (Q19) e a existência de um departamento específico ou funcionário pelo controlo interno (Q24).

Hipótese 2 - Geralmente as empresas adotam diferentes tipos de controlos de forma a poderem atingir os seus objetivos.

| Hipótese 2 | | Q13 | Q19 | Q24 |
|------------|-----------------------|--------|--------|--------|
| Q13 | Correlação de Pearson | 1 | ,641** | ,708** |
| | Sig. (2 extremidades) | | 0,000 | 0,000 |
| | N | 62 | 62 | 62 |
| Q19 | Correlação de Pearson | ,641** | 1 | ,603** |
| | Sig. (2 extremidades) | 0,000 | | 0,000 |
| | N | 62 | 62 | 62 |
| Q24 | Correlação de Pearson | ,708** | ,603** | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | 0,000 | 0,000 | |
| | N | 62 | 62 | 62 |

Tabela 36: Coeficientes de correlação de Pearson entre os itens da Hipótese 2
Fonte: Elaboração própria (2019)

Verifica-se que nas PME Excelência existe uma relação direta e moderada entre o facto de possuírem um departamento de Auditoria Interna e adotarem certas funções do controlo interno, visto que o coeficiente é 0,641 para um nível de significância de 0,01. Apuramos ainda que existe uma relação direta e moderada de 0,708 para um nível de significância de 0,01, entre as empresas que têm um departamento de Auditoria Interna com a existência de um departamento/funcionário específico pelo controlo interno, podendo assim afirmar que as empresas que possuem um departamento de AI tendem a ter responsáveis específicos para o controlo interno. Relacionando o facto de serem adotadas certas funções do controlo interno com o departamento/responsável específico pelo controlo interno, obtemos uma relação direta e moderada de 0,603, significando que com o aumento da adoção de funções do controlo interno, originará departamentos ou responsáveis destinados para tal. Concluindo as empresas adotam diferentes tipos de controlos de forma a poderem atingir os seus objetivos.

De forma a testar a hipótese 3 foram analisadas as duas questões do questionário (Relação das Hipóteses de Estudo vs Questões de Investigação vs Questionário) que vão de encontro à validação da hipótese. Analisando os resultados obtidos, para um nível de significância de 0,01 existem evidências estatísticas para se afirmar que há relação entre as questões. A Tabela nº 37 apresenta a matriz de correlações entre os itens achar imprescindível a AI para o sucesso empresarial (Q12) e considerar que o alcance da certificação “PME Excelência é influenciado pelo CI.

Hipótese 3 - A importância dada ao SCI influencia o Sucesso Empresarial, nomeadamente para ser PME Excelência.

| Hipótese 3 | | Q12 | Q26 |
|------------|-----------------------|--------|--------|
| Q12 | Correlação de Pearson | 1 | ,486** |
| | Sig. (2 extremidades) | | 0,000 |
| | N | 62 | 62 |
| Q26 | Correlação de Pearson | ,486** | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | 0,000 | |
| | N | 62 | 62 |

*Tabela 37: Coeficientes de correlação de Pearson entre os itens da Hipótese 2
Fonte: Elaboração própria (2019)*

Observa-se que nas PME Excelência existe uma relação direta e fraca, apesar de ser um coeficiente muito próximo da designação de moderada, de 0,486 para um nível de significância de 0,01 entre as empresas considerarem imprescindível a Auditoria Interna para o sucesso empresarial e considerarem que o alcance dos critérios necessários para ser PME Excelência ser influenciado pelo controlo interno.

Verificada a correlação das questões do questionário associadas a cada hipótese, é possível afirmar que as questões se relacionam entre si, tendo-se observado que quanto mais empresas ouvem falar de auditoria interna mais noção têm do que se trata, assim como existe relação entre as empresas com SCI implementado com a importância dada ao mesmo. Deparou-se a relação entre o facto de as empresas considerarem a Auditoria Interna imprescindível para o sucesso empresarial com a influência do Controlo Interno para o alcance dos critérios necessários para ser PME Excelência.

CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 Considerações finais

7.1 Questões de investigação vs questões do inquérito vs hipóteses

Na introdução da presente dissertação foi referido que a sua finalidade era averiguar o Sistema de Controlo Interno nas PME Excelência, dando especial atenção ao papel e à importância que este tem na obtenção dos resultados das mesmas. Com este propósito, realizou-se uma revisão da literatura com a intenção de fornecer um maior conhecimento sobre os SCI assim como as suas limitações, objetivos e vantagens, e também de onde foram estabelecidas as questões de investigação.

A implementação de um SCI pode ser considerada como fundamental para uma empresa, nomeadamente para uma PME, que precisa de utilizar todas as suas forças e oportunidades para se destacar no mercado podendo assim estabelecer objetivos. A sua existência tende a contribuir para melhorar os resultados das PME, acrescentando-lhes valor bem como é útil para a deteção e prevenção de determinados erros e/ou fraudes.

No estudo empírico desenvolvido através de questionário, pretendeu-se perceber qual a influência que o SCI e a Auditoria Interna têm nas PME Excelência, tendo sido definido o distrito do Porto, obtendo-se uma amostra de cerca de 62,63% da população, ou seja, obteve-se 62 respostas das 99 PME Excelência do distrito do Porto há pelo menos 3 anos.

No que se refere aos resultados do questionário, apurou-se que mais de metade das empresas em estudo, cerca de 53,22%, já têm implementado um SCI, respondendo à questão de investigação “Existe preocupação em ter um SCI implementado nas PME? (Costa, 2010) e (Carvalho, 1994)”, elaborada após os autores afirmarem que as empresas não podem atingir eficazmente os seus objetivos sem ter qualquer sistema de controlo interno montado, por mais rudimentar que seja.

Das empresas que não possuem um SCI implementado, verifica-se que a maioria, cerca de 97%, tem em consideração diferentes tipos de controlo no seu seio organizacional indo de encontro às questões de investigação elaboradas “AS PME utilizam com rigor controlos de deteção e prevenção? (Carreira, 2013)” e “Mesmo sem terem um SCI implementado, as PME utilizam controlos? (Carvalho, 1994)”, onde os autores entendem que a implementação destes dois tipos de controlo cria nos operacionais um maior sentido de responsabilidade nos

processos, na atividade operacional e na criação de valor, permitindo às empresas a diminuição de perdas e melhorarem nos seus resultados.

Destaca-se que 40 das 62 empresas, ou seja, cerca 64,50% consideram os SCI de elevada importância para as empresas, sendo que já quase metade das empresas dispõem funcionários ou departamentos específicos para o acompanhamento do CI, respondendo assim à questão de investigação “As PME têm funcionários responsáveis ou departamentos para gerirem e acompanharem os CI?”

Realça-se que apenas 3 das 62 empresas não têm noção do que trata a Auditoria Interna e que já existe departamento de Auditoria Interna em cerca de 35% do total.

De salientar o facto das PME Excelência terem consciência que o Controlo Interno influencia o seu sucesso empresarial, sendo neste caso o alcançar da certificação bem como a capacidade de conseguir manter os indicadores necessários para a mesma, em três anos consecutivos, tendo sido possível observar que praticamente dois terços das empresas partilham dessa opinião. O CI contribui para melhores resultados numa PME? (Carvalho, 1994).

Relacionando as questões de investigação “As PME consideram que a Auditoria Interna pode acrescentar valor? (Rodrigues, 2013)”, “As empresas consideram a AI imprescindível para o sucesso empresarial? (Barreiro, 2007)” e “A Auditoria Interna juntamente com a melhoria do controlo interno poderá acrescentar valor à entidade? (Pinheiro, 2013 e Costa, 2010 e Martins, 2015, IIA)”, tendo elas uma relação entre o controlo interno e a auditoria interna com o sucesso empresarial, verificou-se com as questões do questionário que cerca de 80% das empresas consideram a AI imprescindível para o SE, e que 70% consideram que o alcance dos rácios necessários para ser PME Excelência é influenciado pelo Controlo Interno da empresa.

No que diz respeito ao SCI, as PME Excelência analisadas revelam que as principais vantagens deste são: a realização e otimização das operações, a deteção de erros e/ou fraudes e a conformidade com leis e regulamentos.

Quanto à maior dificuldade sentida por estas na existência ou na criação do SCI, a maioria afirma ser pela relação custo/benefício, devido à dimensão da empresa e por escassez de

meios técnicos/humanos. De salientar ainda que cerca de 18% das empresas inquiridas consideram não existir qualquer dificuldade na implementação do mesmo.

Constata-se que, em relação à falta de um departamento de AI bem como a implementação de um SCI a principal causa na maioria da resposta foi a “Decisão da gerência”, situação que poderá ser alarmante devido ao facto de como foi mencionado na revisão de literatura, tendo por base os exemplos da norma internacional de auditoria 265, é possível haver interesse da gerência em não haver controlos internos, ou existindo estarem limitados de forma a não detetarem irregularidades por ela conhecida e aceites.

Tendo em consideração o modelo de análise adotado e atendendo à percentagem de contribuição de cada uma das hipóteses de análise, verificamos:

- **H1** – A consciência da importância de um SCI na organização, bem como ter noção do que trata a Auditoria Interna em **77,42%**.
- **H2** – Existe preocupação na adoção de diferentes tipos controlos de forma a contribuir para a empresa conseguir alcançar os seus objetivos em **58,60%**.
- **H3** – A importância dada ao SCI e à Auditoria Interna influenciam o Sucesso Empresarial, nomeadamente para ser PME Excelência em **74,20%**.

O Modelo de análise confirma-se em cerca de **70% (70,07%)**, uma vez que, cada hipótese representa um terço como descrito no modelo de análise adotado.

A título de conclusão é possível afirmar que as PME Excelência possuem uma vantagem competitiva em relação às outras PME na generalidade, não só pelo acesso e facilidades a nível de investimento e financiamento que lhes é oferecida, mas também pelo facto de considerarem o Controlo Interno e a Auditoria Interna um meio para atingirem os seus objetivos. Fica claro que as PME Excelência têm noção da importância dos mesmos, bem como o facto da sua implementação fazer com que as empresas acrescentem valor.

7.2 Limitações do estudo

A principal limitação ao estudo foi a dificuldade na obtenção de maior número de respostas por parte das PME Excelência. Uma outra limitação prende-se com o facto de não ter sido possível ter o acesso direto à gestão destas empresas para a realização de uma entrevista, o

que possibilitaria uma análise mais detalhada de aspetos que não foram passíveis de estudo, nesta investigação.

7.3 Sugestões para investigações futuras

Como sugestões para investigações futuras seria importante alargar a amostra para a maioria das empresas elegíveis para o estudo no sentido de analisar a importância do controlo interno nas PME excelência a um nível regional ou até mesmo nacional. A realização de um teste comparativo entre as PME e as PME de Excelência de modo a aferir o quão distantes se encontram a níveis de auditoria interna de controlo interno, seria uma outra abordagem a esta temática a ter em consideração para projetos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Attie, W. (1992). Auditoria Interna. 4^o edição. São Paulo: Atlas
- Barreiro, M. (2007). Auditoria Interna – Aliada da estratégia empresarial. Revista de Auditoria Interna.
- Carvalho, A.S. (1994). O controlo interno nas PME.
- Carvalho, C & Martins, C.Q. (2015). Procedimentos Contabilísticos e o Controlo Interno nas Pequenas Empresas.
- Comissão Europeia (2006). A nova definição de PME – Guia do utilizador e modelo de declaração.
- Costa C.B. (2010), Auditoria Financeira – Teoria & Prática, (9^a Edição), Letras e Conceitos Lda.
- Diehl, A.A. & Tatim, D.C. (2004). Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall.
- Fortin, M.F. (1996). O Processo de Investigação - Da conceção à realização. Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Gil, C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social (5^a Edição). São Paulo: Atlas.
- IAASB (2015). Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados. 272-278.
- IFAC (2001). Governance in Public Sector: a governing body perspective, International Public Sector Studies
- IPAI (2009). Enquadramento internacional de práticas profissionais de Auditoria Interna,
- Maroco, J & Garcia-Marques, T. (2006) Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? 70-75.
- Martins, I. & Morais, G. (2013). Auditoria interna – Função e processo. 4.^a ed. Lisboa: Áreas Editora.
- Melinda, F. & Szabolcs (2017). The evolution of the internal auditing function in the context of corporate transparency.
- Moreno, C.M.B. (1997). O sistema nacional de controlo financeiro : subsídios para a sua apreensão crítica. Ed. UAL, Lisboa

Reding, K., Sobel P., Anderson, U., Head, M., Ramamoorti, S., Salamasick, M. & Riddle, C. (2013). Internal Auditing - Assurance & Advisory Services (3º edition).

Tribunal de Contas (1999). Manual de Auditoria e de Procedimentos. Tribunal de Contas. Vol. 1. Lisboa.

Dissertações

Araújo, P.E.S (2018). Controlo Interno e apropriação Indevida de ativos - Estudo de Caso: PME'S Excelência (2017). ISCAP: Dissertação de Mestrado

Bouça, M.F. (2017). A auditoria e a gestão de risco. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Carreira, F.J.A. (2013) Controlo Interno. UFP: Dissertação de Mestrado

Duarte, M.S. (2017) A importância da Auditoria Interna para uma Gestão Eficiente e Eficaz em Instituições Hospitalares do Setor Público. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Neves, J.F.N. (2009). Sistema de Controlo Interno nas Pequenas e Médias Empresas no concelho de Aveiro. ISCAA: Dissertação de Mestrado

Pacheco, A.F.P (2018). A Influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Pinheiro, C.G.A (2013). Acrescentar valor à organização com a Auditoria Interna. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Pinto, C.S. (2016). A Implementação Da Auditoria Interna Nas Empresas Portuguesas. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Ramalho, M. R. (2018). A qualidade da Auditoria: as Big Four. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Reinoite, A.R.D. (2014). Proposta de implementação da função de auditoria interna no agrupamento de escolas José Saraiva. Dissertação de Mestrado

Rodrigues, S.P.S. (2013). O Contributo Da Auditoria Interna para uma gestão eficaz. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Santos, M.S.S. (2018). A influência da Auditoria na Qualidade da Informação Financeira nos Municípios. ISCAP: Dissertação de Mestrado

Saraiva, E. C. (2010). A auditoria interna em instituições do ensino superior: o caso do Ensino Público Politécnico. ESTGV: Dissertação de Mestrado

Silva, A.M. (2016). A evolução da Auditoria Interna em Portugal: estudo comparativo. ISCAL: Dissertação de Mestrado

Teixeira, M.F. (2006). O contributo da Auditoria Interna para uma gestão eficaz. Universidade Aberta: Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria

Legislação

Recomendação 2003/361/CE de 06 de maio. Disponível em:

<https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx>

Webgrafia

Delloite: What is Audit & Assurance”. Disponível em:

<https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/audit/solutions/what-is-audit.html>

Estatutos PME Líder e PME Excelência. Disponível em:

<https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME.aspx>

Missão, Visão e Valores do IAPMEI, Disponíveis em: <https://www.iapmei.pt/SOBRE-OIAPMEI/Missao-Visao-Valores.aspx>.

Regulamento do IPAMEI disponível em : <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-ESERVICOS/Qualificacao-Certificacao/PME-Lider/PME-Excelencia/Regulamento-PMEEExcelencia.aspx>

Secretaria - geral da Economia – “O que é um Sistema de Controlo Interno”. Disponível em:

<https://www.sgeconomia.gov.pt/servicos/auditoria-e-controlo-interno/servicos-perguntas-frequentes/auditoria-e-controlo-interno.aspx>

Base de dados INE disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358546042&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt

Base de dados do PORDATA disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Empresas+total-2854>

Apêndice I – Empresas que pretendem ter acesso ao estudo

Como referido no capítulo 5.4 – População e Amostra deste trabalho, das 62 empresas que responderam ao inquérito, 16 delas demonstram vontade de no futuro terem acesso ao estudo de forma a verificarem qual o comportamento geral das PME Excelência quanto aos procedimentos do Controlo Interno e Auditoria Interna, assim como poderão ver a sua posição perante as outras empresas.

Será efetuada no final deste processo, tendo já em si, as opiniões do júri, e, assim elaborar um relatório com os resultados obtidos nas questões e redigir uma análise geral de forma a se fazer um ponto de situação das PME Excelência em relação ao controlo interno e à Auditoria Interna.

Anexo I – Inquérito elaborado

O Impacto do Controlo Interno nas PME Excelência

O presente inquérito realiza-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Auditoria do Instituto de Contabilidade e Administração do Porto, subordinado ao tema "O impacto do controlo interno nas PME Excelência", tendo como objetivo saber se as empresas que foram galardoadas pelo menos nestes últimos 3 anos consecutivos (2016-2018) com a distinção PME Excelência o conseguiram devido ao forte controlo interno e à preocupação pela Auditoria Interna. Este inquérito é composto por 27 questões de resposta direta e o seu preenchimento demora cerca de 5 minutos. Encontra-se assegurada a confidencialidade de todos os dados recolhidos, sendo estes, apenas utilizados para efeitos de estudo estatístico. As respostas serão tratadas de forma agregada, não permitindo a identificação individual. Agradeço desde já a sua colaboração no seu preenchimento!

***Obrigatório**

1. Função na organização *

Gestor
Sócio/gerente
Contabilista
Auditor
Administrativo
Outra

2. Outra - Qual?

3. Faixa Etária *

18-30
30-40
40-50
50-60
>60

4. Período de tempo de funções na empresa *

< 5 anos
5 a 10 anos
10 a 20 anos
> 20 anos

5. Grau Académico *

Até ao 12º Ano
Bacharelato
Licenciatura
Mestrado
Doutoramento

6. Se pretender ter acesso às conclusões deste trabalho indique o seu e-mail, para que posteriormente lhe sejam enviadas.

Caraterização da Empresa

7. Dimensão da empresa *

Microentidade
Pequena Empresa
Média Empresa

8. Setor de atividade *

Construção e imobiliário
Indústria
Comércio
Transportes
Turismo
Serviços
Agricultura e pescas

9. Anos de existência *

<5 anos
5 a 10 anos
10 a 15 anos
15 a 20 anos
>20 anos

A Auditoria Interna

10. Já ouviu falar em Auditoria Interna? *

Sim
Não

11. Tem noção do que se trata? *

Sim

Não

12. Acha imprescindível para o sucesso empresarial? *

Sim

Não

13. Esta empresa em questão possui departamento de Auditoria interna? *

Sim

Não

Não sei

14. Se respondeu não, porquê?

Desconhecimento

Falta de meios técnicos/humanos

Limitação de recursos financeiros

Decisão da gerência

Outra

15. Outra, qual?

Importância do Sistema de Controle Interno

16. A empresa tem implementado um Sistema de Controle Interno? *

Sim

Não

Não sei

17. Se respondeu não, qual o motivo?

Desconhecimento

Falta de meios técnicos/humanos

Limitação de recursos financeiros

Decisão da gerência

Outra

18. Se respondeu outra, qual?

19. Mesmo não possuindo um Sistema de Controlo Interno definido, são tidas em consideração certas funções de Controlo Interno?

Sim
Não

20. Se respondeu sim, que tipo de controlos são feitos?

Controlos preventivos
Controlos detetivos
Ambos

21. Na sua opinião, qual é a principal vantagem do Sistema de Controlo Interno? *

Conformidade com as leis e regulamentos
Deteção de erros e/ou fraudes
Realização e otimização das operações
Concordo com todas as afirmações anteriores
Não concordo com nenhum dos anteriores

22. Na sua opinião, qual é a maior dificuldade para a existência de um

Sistema de Controlo Interno? *

Desconhecimento sobre o assunto
Dimensão da empresa
Relação custo/benefício
Falta de meios técnicos/humanos
Não existe qualquer dificuldade
Não concordo com nenhum dos anteriores

23. Qual é, na sua opinião, o grau de importância do Sistema de Controlo Interno? *

Muita Importância
Alguma Importância.
Pouca Importância
Nenhuma Importância

24. Na empresa existe algum departamento específico ou uma pessoa específica pelo Controlo Interno? *

Sim
Não

PME Excelência

25. Considera que pelo facto de a empresa ser PME Excelência faz com que tenha mais credibilidade no mercado? *

Sim
Não

26. Considera que o alcance dos rácios necessários para ser PME Excelência é influenciado pelo Controlo Interno da empresa? *

Sim
Não

27. Se respondeu sim, em que escala considera essa influência?

Pouco influente

1
2
3
4
5

Extremamente influente

Muito obrigado pelo tempo e atenção dispensada neste breve inquérito que certamente irá contribuir em muito para a obtenção dos dados desejados.